

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KLEUBER ALVES AMORIM

**A IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM DOIS MOMENTOS:
GOVERNOS TEMER (2016-2018) E BOLSONARO (2019-2022) AVALIADOS POR
UMA ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA**

GOIÂNIA

2023

KLEUBER ALVES AMORIM

**A IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM DOIS MOMENTOS:
GOVERNOS TEMER (2016-2018) E BOLSONARO (2019-2022) AVALIADOS POR
UMA ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2023

Amorim, Kleuber. 2023.

A identidade da política externa brasileira em dois momentos: governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) avaliados por uma ótica pós-estruturalista/ Kleuber Alves Amorim. – Goiânia, 2023.

Total de folhas: 65 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023.

1. política externa brasileira. 2.análise de discurso. 3. Temer. 4. Bolsonaro. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. A identidade da política externa brasileira em dois momentos: Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) avaliados por uma ótica pós-estruturalista.

FOLHA DE APROVAÇÃO

KLEUBER ALVES AMORIM

A IDENTIDADE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM DOIS MOMENTOS: GOVERNOS TEMER (2016-2018) E BOLSONARO (2019-2022) AVALIADOS POR UMA ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 05 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (PUC Goiás)

Prof. Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho (PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida, e por me ajudar durante os anos no curso e ao decorrer deste trabalho. A minha família, em especial meus pais, avós e irmã, por todo apoio e incentivo no meu desenvolvimento como estudante e ser humano. Aos meus amigos, que estiveram comigo. A Alana, que me acompanhou e encorajou a minha jornada no curso. Aos meus amigos, que estiveram comigo. Ao professor Danillo Alarcon, por ter sido meu orientador, pelas correções e ensinamentos que acrescentaram a este trabalho, como também a minha formação profissional e pessoal. Ao professor Giovanni Okado, por ter me orientado durante a pesquisa científica que fomentou o meu crescimento acadêmico.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar como os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) utilizaram do discurso como ferramenta para reformular a política externa brasileira e identidade. A fim de compreender este período de seis anos no Brasil em que dois governos estiveram no poder, este trabalho tem como objetivo analisar os discursos oficiais e a narrativa em cada governo, a partir do modelo teórico-metodológico pós-estruturalista de Lene Hansen (2006). Este estipula quatro componentes para o estudo discursivo e intertextual da política externa: 1) números de atores, os presidentes e seus ministros das Relações Exteriores; 2) tipos de texto, os discursos oficiais; 3) perspectiva temporal, delimitada entre os anos de 2016 a 2022; e 4) números de eventos, focados na reestruturação da PEB. A intertextualidade discursiva para ambos os presidentes foi feita a partir de princípios gerais das relações internacionais do Brasil, tanto consolidados na constituição quanto na bibliografia da área. As suas similaridades estão presentes na reestruturação da política externa e em seus contornos de identidade serem conduzidos pelos interesses dos governos e nas intervenções de pessoas chaves dentro da política. Da mesma maneira, ressalta-se suas diferenças: enquanto Temer usa o tradicionalismo como base de sua narrativa e identidade, Bolsonaro é contra essas normas e opta por um caminho distinto ao se distanciar.

Palavras-chave: política externa brasileira; análise de discurso; Temer; Bolsonaro

ABSTRACT

The objective of this work is to evaluate how the governments of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019-2022) used discourse as a tool to reformulate Brazilian foreign policy and its identity. To understand this period of six years in Brazil in which two governments were in power, this work aims to analyze the official speeches and narrative in each government, based on the post-structuralist theoretical-methodological model of Lene Hansen (2006). This stipulates four components for the discursive and intertextual study of foreign policy: 1) numbers of actors, presidents, and their foreign ministers; 2) types of text, official speeches; 3) temporal perspective, delimited between the years 2016 to 2022; and 4) number of events, focused on the restructuring of PEB. The discursive intertextuality for both presidents was based on general principles of Brazil's international relations, both consolidated in the constitution and in the bibliography of the area. Their similarities are present in the restructuring of foreign policy and in their identity, contours being driven by the interests of governments and the interventions of key people within politics. In the same way, their differences are highlighted: while Temer uses traditionalism as the basis of his narrative and identity, Bolsonaro is against these norms and opts for a different path by distancing himself.

Keywords: Brazilian foreign policy; speech analysis; Temer; Bolsonaro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho de pesquisa para análise de discurso.....	23
Figura 2 - Estudo do caso brasileiro.....	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA SOB UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA.....	12
1.1 O PÓS-ESTRUTURALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.2 OS ESTUDOS DE POLÍTICA EXTERNA.....	16
1.3 A POLÍTICA EXTERNA E O PÓS-ESTRUTURALISMO.....	18
2 O MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE LENE HANSEN E O ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA.....	22
2.1 AVALIANDO A PEB: PRINCÍPIOS, PARADIGMAS E IDENTIDADE.....	25
2.1.1 Os paradigmas de política externa.....	28
2.2 OS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ATRAVÉS MODELO DE HANSEN (2006)	30
2.2.1 Número de Atores.....	30
2.2.2 Tipos de Texto.....	31
2.2.3 Perspectiva Temporal.....	32
2.2.4 Número de Eventos.....	33
3 EXAMINANDO A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO SOB A ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA...	34
3.1 ASPECTOS GERAIS DOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO.....	34
3.2 ESTUDANDO E AVALIANDO AS POLÍTICAS EXTERNAS NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO.....	38
3.2.1 O Governo Temer.....	39
3.2.2 O Governo Bolsonaro.....	45
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é avaliar como os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) utilizaram do discurso como ferramenta para reformular a política externa brasileira e identidade. Para tal objetivo, as práticas discursivas e as suas narrativas foram essenciais para esse processo. A identidade molda a construção da política externa, que por sua vez, produz e reproduz a identidade. Durante os dois governos, houve similaridades quanto à inserção internacional pelo mesmo paradigma adotado, como também a busca por fundamentação de suas identidades e políticas externas na supressão e distanciamento das práticas realizadas durante o período do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. No entanto, as identidades construídas nos respectivos governos seguiram caminhos distintos: Temer procurou redefinir a política externa e retomar a um dito tradicionalismo pragmático, na medida que Bolsonaro incluiu novos aspectos à uma identidade preexistente, culminando em algo novo.

É fundamental notar que a Constituição brasileira de 1988 em seu 4º artigo estipulou quais são os princípios que regem as relações internacionais do país: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. Muitas dessas ideias são replicadas e reformuladas na literatura de política externa brasileira. De especial relevância para o trabalho é a compilação de Amado Cervo (2008).

A fim de compreender os estudos de política externa brasileira, antes é preciso contextualizar as Relações Internacionais (RI) e conseqüentemente o subcampo de análise de política externa (APE). A trajetória teórica dentro do campo das Relações Internacionais (RI) passa pelos grandes debates e abordagens do *mainstream* acadêmico no qual são influenciadas pela abordagem positivista, mas com o decorrer do tempo ocorrem mudanças e surgem novas abordagens. As abordagens pós-positivistas rejeitam a visão positivista de ciência e a dita neutralidade científica, porque para pós-positivismo o observador está inserido no ambiente analisado. Nestas teorias, o pós-estruturalismo aponta o papel dos discursos na construção da sociedade internacional, ou seja, a relação da identidade e política externa. Os críticos desta abordagem se equivocam ao acreditar que lhe falta um modelo metodológico que possa contribuir para a sua agenda de pesquisa, o que pretensamente impediria a transformação da teoria em análise. Confrontando essa visão, Lene Hansen (2006) estipula um modelo teórico-metodológico direcionado ao pós-estruturalismo, a análise de discurso. O seu método é composto por quatro elementos essenciais para o estudo discursivo e intertextual da política

externa: 1) números de atores; 2) tipos de texto; 3) perspectiva temporal; e 4) números de eventos. Para estudar os dois governos que estiveram à frente do Brasil durante esse período de seis anos, no qual tiveram abordagens e identidades com certo grau de igualdade. Este trabalho propõe a análise dos discursos oficiais e a sua intertextualidade em cada governo através do modelo de Hansen (2006).

Sendo assim, os atores que compõem essa análise são o presidente Temer e os seus ministros das relações exteriores (José Serra e Aloysio Nunes), da mesma forma com as figuras do governo Bolsonaro (Ernesto Araújo e Carlos França). Os tipos de textos selecionados foram os discursos oficiais proferidos pelas figuras presidenciais e ministeriais em seus momentos de posse, abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e falas aos novos integrantes do corpo diplomático brasileiro com a formatura do Instituto Rio Branco (IRBR). Estes materiais textuais constituem uma rede intertextual que confere nós às narrativas e são referenciadas entre si, com o objetivo de sedimentar a identidade proferida. Para a perspectiva temporal entre os anos de 2016 a 2022, é possível investigar a articulação narrativa pautada na construção e repetição de suas políticas externas e identidade.

E finalmente, o número de eventos, que são influenciados pela temporalidade e segmentados em momentos. Desse modo, trata-se de múltiplos períodos que estão conectados pela reformulação da PEB concentrados aos posicionamentos do corpo governamental. Portanto, os seus discursos evidenciam três instâncias de repetição da identidade: 1) a população; 2) comunidade internacional, na AGNU; e 3) burocrático, direcionado aos novos diplomatas em sua formatura. Assim, os quatro elementos de análise convergem para a compreensão da política externa brasileira e identidade arquitetada sobre os governos Temer e Bolsonaro.

A estrutura deste trabalho está separada em três capítulos principais. O primeiro capítulo conta com três seções, com o objetivo de explicar os conceitos fundamentais encontrados neste trabalho, dissertando sobre o pós-positivismo, o pós-estruturalismo, o conceito de identidade e análise de política externa. No segundo capítulo, são avaliadas as variáveis e explicação do modelo teórico-metodológico de Hansen (2006) e princípios da política externa brasileira (PEB). Para o terceiro capítulo, verifica-se os aspectos gerais dos governos Temer e Bolsonaro, por fim, a análise do discurso dos presidentes e de seus ministros das relações exteriores em seus respectivos anos, na produção e reprodução da identidade que pretenderam imputar à política externa brasileira. E enfim, são apresentadas as conclusões.

O trabalho parte do pressuposto de que a política externa brasileira pretensamente tem como base os preceitos, tradições e princípios que consolidam as normas regentes aos governos

e delimitam suas ações. Tanto Temer como Bolsonaro expuseram que a política externa também é uma política pública sujeita às influências do governo no poder. Nos dois governos a reestruturação da identidade está entrelaçada à essa mudança da política externa, Temer procurou desvencilhar da identidade concebida durante os anos do PT ao direcionar a sua abordagem ao tradicionalismo pragmático da diplomacia que apareciam em seus discursos, mas não eram incorporados na prática. Por sua vez, Bolsonaro continuou as mesmas práticas realizadas por seu antecessor, contudo trazia consigo aspectos novos à identidade. A identidade bolsonarista consistia no conservadorismo, cristianismo, viés agroexportador e o liberalismo. As produções materiais e o discurso são elementos interligados que transmitem ideias, vieses e ideologias. São pontos que influenciam a política externa e em sua identidade, no qual um molda o outro e em conjunto culminam em uma pretensa identidade nacional, que precisa ser avaliada em seus pormenores.

1 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA SOB UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

O mutualismo é uma relação da natureza onde duas espécies distintas coexistem, com tamanha importância que não é possível separá-las, pois a sua sobrevivência está conectada. Da mesma forma, é o relacionamento do Estado e o estudo das Relações Internacionais. Para isso, as teorias de RI interpretam e explicam esse mundo, analisando o comportamento do Estado. O instrumento de contato do Estado com o sistema internacional é a política externa. As primeiras teorias tendiam a um mundo a-histórico, ou seja, uma história contínua e sem mudanças. Mas as próprias abordagens de política externa mudaram conforme novos eventos ocorreram e geraram mudanças significativas ou foram representações de períodos e contextos específicos, por exemplo, a Guerra Fria.

Os elementos históricos, ideológicos e materiais resultam em nosso sistema-mundo, no qual estamos inseridos. A maneira que reproduzimos o sistema e seus comportamentos é através do discurso. Todo discurso é carregado por ideologias, valores e um viés que passam para a política, o que impossibilita uma neutralidade de pensamento e de posicionamento. Nos anos 1980, as teorias de RI começaram a abordar essa temática e a criticarem o modelo vigente até então na disciplina. Dentre essas teorias, os pós-estruturalistas são os mais críticos e trazem reflexões quanto a política externa e o Estado. Em suma, será apurado a evolução dos debates teóricos de RI, dos modelos de política externa e quais foram as contribuições do pós-estruturalismo para o campo.

A repetição de comportamentos na política externa ao longo da história de um país sedimenta-se como princípios fundamentais de sua identidade. No caso brasileiro, a Constituição de 1988 compila estas ideias, que são replicadas e reformuladas na literatura de política externa do país. Para destacar essa intertextualidade, o trabalho de Amado Cervo (2008) é um bom exemplo.

1.1 O PÓS-ESTRUTURALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais como ciência têm como força motriz os grandes debates¹ internos, que trazem diferentes perspectivas ontológicas, metodológicas e epistemológicas sobre as construções teóricas. O primeiro grande debate ponderou, ao longo do Entre Guerras e após a Segunda Guerra (dos anos 1920 aos anos 1940), como se construiria as RI. Um primeiro

¹ Para Jackson e Sorensen (2018, p. 63), RI teve três grandes debates e agora estamos no quarto.

eixo deste debate foi a perspectiva idealista (ou liberal), que projetava o mundo como ele poderia ser pautado pelos ideais kantianos, de cooperação e os pontos de Woodrow Wilson². E, do outro lado, os realistas, influenciados por autores como Tucídides, Maquiavel e Thomas Hobbes, que viam o mundo como ele era, com disputas de poder e interesses (KURKI; WIGHT, 2013). De forma geral, ambos os lados seguem o positivismo, que almeja uma ciência neutra, livre de valores, capaz de produzir teorias analíticas e estabelecer normas explicativas para os fenômenos do mundo. A literatura tradicional de RI aponta que as disputas de poder e controle político, levaram ao triunfo das leituras realistas, pois debatiam a realidade, e não o cenário ideal.

A partir da década de 1950 e 1960, os behavioristas e os tradicionalistas protagonizaram o segundo grande debate. Desta vez, o questionamento era de caráter metodológico: qual abordagem deveria ser usada ao estudar as relações internacionais? Para os behavioristas é necessária uma observação meticulosa e rigorosa, a busca por padrões e criação de “diretrizes”, o que reforçava a base positivista para RI. Em contrapartida, os tradicionalistas defendem uma visão humanista voltada para a interpretação e formulação de conceitos, perseguindo um caminho menos positivista. Dessa vez, foram os behavioristas que saíram com maior visibilidade. Para os anos 1970 e 1980, o debate girou em torno de três grandes paradigmas teóricos: o realismo, o liberalismo e o marxismo, todos evoluindo e incorporando novas propostas em suas epistemologias. Em vista disso, esse período ficou conhecido como o do “grande debate” ou debate neo-neo, uma vez que reafirmaram seu compromisso com o modelo positivista de RI e procuravam estabelecer qual era o paradigma dominante para o futuro (KURKI; WIGHT, 2013). Portanto, é notável como o positivismo esteve presente e se consolidou como o esqueleto das Relações Internacionais por bastante tempo.

Com a chegada dos anos 1980 surgiu um novo debate de proporções maiores em relação aos anteriores, enfatizado por embates ontológicos, metodológicos e epistemológicos. Para Kurki e Wight (2013), o quarto debate pode ser definido por explicação/compreensão, racionalismo/reflexivismo, positivismo/pós-positivismo que estendem os temas tradicionalmente debatidos pelos teóricos de RI como guerra, segurança do Estado, a balança de poder, cooperação, anarquia etc., indo além do *mainstream* acadêmico. No bloco positivista estão: liberalismo, realismo, marxismo, neoliberalismo, neorealismo e neomarxismo. Keohane

²“O projeto de paz de Wilson preconiza o fim da diplomacia secreta, liberdade de navegação nos mares, as barreiras ao livre comércio devem ser retiradas, redução dos armamentos dos países, disputas territoriais e colônias devem ser resolvidas pela autodeterminação dos povos, e, finalmente, a criação de uma associação geral entre nações.” (JACKSON; SORENSEN, 2018, p. 66).

denominou o outro bloco por reflexivistas ou pós-positivistas, pois saíam totalmente da esfera positivista. As teorias eram heterogêneas, traziam a teoria feminista, a teoria crítica, a pós-colonial e a pós-estruturalista ou pós-moderna³ (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). As teorias pós-positivistas também se inspiraram em áreas fora de RI, na realidade, elas foram permeadas por outras disciplinas. O pós-estruturalismo/pós-modernismo é guiado pelas obras de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Jacques Derrida, Roland Barthes e Julia Kristeva de outras Ciências Humanas que traziam temas como: o papel da subjetividade, das redes de poder/saber, da cultura, das representações e dos discursos. E a Virada Linguística⁴ (RESENDE, 2011).

Dando continuidade, salienta-se o esclarecimento do binômio pós-estruturalismo e pós-modernismo, ao apontar a distinção entre os dois. Para Resende (2011), o pós-estruturalismo trata de uma crítica e não de uma refutação ao estruturalismo tributário da Linguística saussuriana⁵. Enquanto o pós-modernismo refere-se aos problemas específicos do bloco histórico categorizado como modernidade.

Os pós-estruturalistas são críticos ao modelo positivista, porque para eles não há separação entre sujeito e objeto, já que todo discurso é carregado por um viés de ideologias e valores (BARROS, 2017). Ambos fazem parte do mesmo universo observável, logo participam do estudo, transmitem as percepções, interferências sociais, culturais, temporais e ideias do observador, que impede a neutralidade. Assim, toda análise parte da interpretação do observador com o objeto, ou seja, tem caráter intersubjetivo. Os autores pós-estruturalistas predominantes em RI são Richard Ashley, R. B. J. Walker, David Campbell, James Der Derian, Michael Shapiro e Lene Hansen, com estudos envolvendo a percepção das relações internacionais, política externa, discurso e identidade do Estado. A seguir com maior foco serão apresentados os trabalhos de R. B. J. Walker, David Campbell, e futuramente com mais verticalidade, Lene Hansen.

Walker (1993) faz uma crítica ao conjunto de teorias do *mainstream* (realismo e liberalismo), especialmente sobre a retórica sedimentada sobre a identidade soberana nacional, o espaço e o tempo, e o apelo ao estudo do Estado moderno contemporâneo⁶. Dessa forma, tem-

³ A Escola Inglesa e a teoria construtivista estão situadas entre ambos os blocos, pois adotam a ontologia positivista, mas a epistemologia e metodologias são pós-positivistas.

⁴ A virada linguística, igualmente chamada de giro linguístico, representa importante marco do desenvolvimento da filosofia ocidental ocorrido durante o século XX, cuja principal característica é a relação entre a filosofia e a linguagem (LEITE, 2016).

⁵ “Saussure concebe a linguagem como sistema de significados no qual os elementos são definidos por relações de equivalência e oposição recíprocas. Essas relações formariam uma estrutura de significados produzida e reproduzida por práticas sociais no âmbito de determinada cultura” (RESENDE, 2011, p. 38).

⁶ Para Walker (1993), RI é originária dos Estados Unidos e do Reino Unido, assim, grande parte das teorias são feitas a partir de uma visão anglo-saxônica do mundo, sendo majoritária parte do *mainstream* acadêmico.

se três questões centrais levantadas: 1) a relação entre o universal e o plural; 2) a identidade; e 3) a relação entre espaço e tempo. O primeiro ponto de Walker está relacionado a teoria de Foucault, poder/saber, porque a visão de relações internacionais que existe é fundada em dois grandes atores, que assim transmitem um conjunto de ideologias e percepções enviesadas (WALKER, 1993). O segundo ponto está ligado ao pensamento de Derrida, em que significados não se baseiam em sua essência, mas sim em seus opostos, formando dicotomias tais como identidade/diferença, eu/outro, anarquia/ordem que fortalecem o sentimento de pertencimento em detrimento do medo ao externo (RESENDE, 2011). Por fim, a relação entre espaço e tempo leva à compreensão de que as teorias de RI são formadas por argumentações históricas específicas, e assim transgredir esse pensamento e a imobilidade histórica. O pensamento de Walker (1993) é uma das primeiras ideias pós-estruturalistas em RI, abre o progresso da disciplina, novos questionamentos e debates.

A compreensão do “externo” não é fácil, pois é preciso identificar possíveis ameaças, parceiros, oportunidades e problemas, e em como responder a cada um deles. Entretanto, Campbell (1998) polemiza tal concepção de política externa, tendo em vista que os indivíduos do Estado estão inseridos no mesmo âmbito, ou seja, suas decisões carregam consigo ideologias e uma identidade própria. Por meio do estudo histórico da política externa dos Estados Unidos, Campbell conecta a política doméstica e o cenário externo, ao trazer duas entidades separadas e pré-existentes. Em suma, o Estado é a criação de uma identidade para a política externa, e ao mesmo tempo a política externa reforça essa identidade.

Para a literatura tradicional das RI, os pilares do Estado são: 1) soberania; 2) território; 3) povo; e 4) um ordenamento jurídico a que todos os membros do Estado estão submetidos. O nacionalismo coroou essa narrativa entre o século XIX e o XX. Contudo, trata-se do inverso, pois o Estado usa o nacionalismo como uma prática discursiva para criar a legitimidade da nação graças a um denominador comum, tais como ameaças externas (nações inimigas, terrorismo, comunismo etc.). Essas práticas reforçam o senso de “eu” em relação, o “outro”, ameaçador.

Para Resende (2011, p. 85), Campbell muda a questão “Como a política externa serve à defesa dos interesses nacionais?” para “Como, pela determinação do que é externo, estrangeiro e diferente – do “Outro”, a política externa ajuda a produzir e a reproduzir sua própria identidade?” e evidencia o papel do discurso na construção da identidade. A nova perspectiva de Campbell traz consigo pontos positivos para o estudo de política externa, pois estende o ambiente dos debates para os discursos proferidos pelos articuladores tradicionais. Como também a maior participação dos sujeitos participantes na política externa, o que abrange novos

grupos e locais, além da esfera política. Nesse sentido, há duas políticas: a) a “política externa”, com iniciais minúsculas, é a política divorciada do Estado que atua na dicotomia e na contingência entre o cenário doméstico e o internacional; b) já a “Política Externa” em maiúscula é o produto da “política externa” minúscula, a forma como um país constrói e se relaciona com o externo.

Em síntese, as contribuições de Campbell ao estudo da política externa, adicionam uma nova camada aos instrumentos do Estado, instituições e burocracias, documentos oficiais e líderes políticos, há interesses particulares, influenciados por fatores ideológicos que servem para moldar/reproduzir uma identidade nacional. Portanto, Campbell rejeita a identificação, descrição e previsão de padrões de regularidade para a teorização sobre uma explicação universal e unificada acerca do comportamento dos Estados no ambiente estruturalmente anárquico do sistema internacional (RESENDE, 2011). E, é a partir de Campbell que Hansen (2006) evolui o estudo da política externa pelo pós-estruturalismo, ao conceber um modelo teórico-metodológico direcionado à prática discursiva como instrumento potencializador da identidade nacional, que será exposto mais adiante.

1.2 OS ESTUDOS DE POLÍTICA EXTERNA

A política externa é o instrumento que conecta as relações entre o ambiente doméstico do Estado ao cenário internacional. Conforme Hill (2003, p. 3, tradução nossa), a política externa é “a soma das relações exteriores formais conduzidas por um ator independente (em geral um Estado) nas relações internacionais”⁷. Dentro da ciência de Relações Internacionais, o subcampo de análise de política externa (APE) tem por interesse examinar as políticas e as ações dos Estados referentes a um contexto internacional. Nos anos iniciais das RI, as teorias positivistas conduziam os principais debates e perspectivas sobre o cenário externo. Com a APE não foi diferente.

Tal como o campo teórico das RI foi definido pelos debates internos, os estudos de política externa também compartilham dessa trajetória, pois julgam os papéis das estruturas, atores e agentes que regem as relações externas dos países. Tais questionamentos permeiam as discussões metateóricas: ontologia, epistemologia e a metodologia sobre os estudos. As estruturas são os fatores que permeiam os múltiplos cenários, tanto doméstico e internacional.

⁷ Do original: “...the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a state) in international relations”.

Os atores são os responsáveis pelas decisões e podem ser: Estados, ONGs, grupos políticos e até mesmo corporações. Já os agentes são as entidades burocráticas⁸ dos estados (HILL, 2003). As estruturas analíticas se separam em duas abordagens: a individualista e a coletivista. E são influenciadas por epistemologias distintas ao estudar o agente como “racional” ou “interpretativo”. Pelo olhar individualista, os atores são objetivos, ativos e racionais ou são subjetivos, egoístas e reativos. Enquanto isso, para a abordagem coletivista os atores são motivados por ganhos ou por valores sociais (CARLSNAES, 1992).

Costuma-se dividir o estudo da APE em gerações. A primeira é da década de 1960, a qual trouxe três importantes estudos dos seguintes autores, conforme indica Figueira (2011): a) James Rosenau (“*Pre-theories and theories of foreign policy*”, de 1966); b) R. Snyder, W. Brunch e B. Sapen, (“*Decision making as an approach to the study of international politics*”, de 1963); c) Harold e Margaret Sprout, (“*Man-Milieu relationship hypotheses in the context of international politics*”, de 1956, e “*The ecological perspective on human affairs with special reference to international politics*”, de 1965). A segunda geração, que será estudada no próximo tópico, começa a se desenvolver na década de 1980. A seguir serão desenvolvidas brevemente as principais propostas da primeira geração.

Figueira (2011) sumariza a primeira geração em: 1) forte influência positivista e behaviorista; 2) busca de padrões; 3) estabelecimento de relações de causalidade; 4) foco nos comportamentos estatais; e 5) análise de fatores determinantes às decisões. Esta geração estava muito apegada à agenda positivista e ao modelo racional, logo não incentivou novos debates ou perspectivas que olhassem para além do Estado, não questionavam seu *status quo* ou criticavam a sua estrutura. O que se tem são abordagens “novas” por lentes já conhecidas e aceitas, por isso o seu uso foi amplamente difundido e padronizado. Ao defender a presença de um único ator, que busca a maximização do poder presente na teoria realista. Hill (2003) explica que a escolha racional vai além das concepções individualistas da economia, e se estende ao equilíbrio de poder neorrealista.

Desse modo, a política externa estava entrelaçada à noção de Estado e às relações externas, sendo seletivas quanto aos atores e uma única estrutura, a estatal. Por exemplo, a abordagem comparativa de Rosenau e sua “pré-teoria” buscou criar uma teoria e explicações sistemáticas do processo da política externa, agrupadas em cinco categorias: as variáveis peculiares, de papel, governamentais, societárias e sistêmicas. E propôs níveis de importância

⁸ Para Hill (2003, p. 27), o termo “ator” geralmente indica os Estados, já os “agentes” são subordinados a uma autoridade. Assim, este trabalho seguirá com a mesma descrição.

ao Estado, ou seja, destaca-se a responsabilidade política, nível de democracia (direta, participativa e representativa) e nível de desenvolvimento (desenvolvido ou emergente) (JACKSON; SORENSEN, 2018). Pode-se dizer que o modelo era extremamente analítico e matemático, o que para analisar Estados era ineficiente. Tal modelo desconsiderava fatores econômicos, culturais, históricos, sociais, diminuía as interações entre doméstico e internacional, as relações de atores não estatais, atuação dos atores e seus comportamentos. E por isso, não emergiu como uma explicação clara de política externa, sendo apenas um esquema classificatório. Entretanto, trouxe ao campo de APE padrões, conceitos e métodos.

Autores como Clarke e White (apud FIGUEIRA, 2011) discorrem sobre avaliar a identidade da unidade decisória como unitária ou desagregada, isto é, vista de modo homogêneo ou composta por agentes variados. Esses autores se baseiam no sistema complexo de ações, formado pelos *inputs* (contextos, atitudes e decisões que determinam e influenciam políticas) e *outputs* (as consequências/resultados das ações políticas).

Neste primeiro momento, a visão racionalista é de importante relevância aos estudos de política externa, pois configura a corrente tradicionalista. As características dessa corrente são a definição inicial de APE, resumidas por: a) o estado como agente unitário e monolítico; b) estadistas como figuras centrais; c) metas direcionadas ao jogo de poder e segurança do Estado; e d) o pessimismo para a politização de temas da política externa (FIGUEIRA, 2011). E é a partir daqui, que outras teorias de RI irão teorizar e expandir o papel do Estado, os agentes e questionar a razão estatal. Há, claro, visões positivistas com novas perspectivas e metodologias, e da mesma forma como os debates em RI era questão de tempo até que os estudos de política externa dialogassem com as leituras pós-positivistas. Todas essas abordagens culminam para a perspectiva pluralista e a uma nova geração nos estudos de APE.

1.3 A POLÍTICA EXTERNA E O PÓS-ESTRUTURALISMO

Chefes políticos são as figuras que representam o Estado-nação, conduzem interesses e maximizam o poder no cenário internacional. É por essas diretrizes que os estudos tradicionalistas observam as políticas externas, todavia como notado anteriormente, são preceitos generalistas. As teorias do liberalismo, neoinstitucionalismo, as teorias globais também tiveram suas contribuições, a presença de novos agentes e estruturas ainda no modelo positivista. É com o construtivismo que entra o pós-positivismo em APE, porém não totalmente. Dessa forma, desenvolve-se a segunda geração de APE com uma perspectiva mais ampla, pluralista. Definida por uma diversidade metodológica (qualitativa e quantitativa), concebe uma

maior complexidade, bem como reconhece que atores podem mudar, trocar ou abandonar uma política externa (FIGUEIRA, 2011).

O período de transição entre gerações carregou consigo abordagens mistas, em outras palavras, concentrou-se ainda na presença estatal. Esta abordagem é pautada nas estruturas e processo burocrático, canalizando-se em entidades que permeiam o funcionamento do Estado, portanto, as instituições. As características deste ambiente são coletivistas e subjetivas, por razão da relação dos atores, agentes e a própria estrutura, derivam em conhecimentos empíricos de múltiplos contextos (CARLSNAES, 1996). Este modelo teve como inspiração o estudo de caso sobre a crise dos mísseis cubanos de 1962, com a obra *Essence of Decision* de Allison (1971; Zelikow, 1999), a qual apresentou três modelos singulares e complementares com o propósito de entender o papel dos Estados Unidos (JACKSON; SORENSEN, 2018). À vista disso, os modelos foram: 1) ator racional, destaca-se o Estado como ator unitário e racional; 2) burocrático-organizacional, no qual os atos individuais são cristalizados em regras e diretrizes, os quais são guiados por normas; por fim, 3) burocracia e política externa, como se pode ver é composto por barganhas entre ambas as partes para atingir seus objetivos e vontades (FIGUEIRA, 2011; JACKSON; SORENSEN, 2018).

O estudo da política externa com base nas relações dinâmicas entre o cenário doméstico e o internacional foi categorizado e teorizado de forma pioneira por Robert Putnam. O modelo também chamado jogo de dois níveis determina que os negociadores internacionais jogam em duas arenas: no nível dois (plano interno), as preferências, as coalizões internas recebem destaque; no nível um (plano externo), o foco é nas barganhas dos negociadores internacionais. Denominado pelo autor, o *win-set* são os ganhos esperados entre as relações domésticas a dinâmica dos nacionalistas (opostas à cooperação internacional) e os universalistas (favoráveis à cooperação internacional). Não há sobreposição entre o doméstico e o externo, pois ambos se influenciam (FIGUEIRA, 2011).

Como resultado, Putnam cresce com participação de outros elementos da política externa, que por sua vez, rompem cada vez mais com a percepção de um Estado unitário. Isto posto, não são apenas relações com os atores externos, mas também agentes domésticos. Portanto, mais abordagens começam a utilizar novos agentes e ir além: agentes burocráticos e o Poder Legislativo, não estatais (ONGs, grupos de interesse, opinião pública) na construção e participação da política externa, a importância do caráter “interméstico” nessas questões. E assim, surgem novas abordagens relevantes à área.

Conforme Jackson e Sorensen (2018), existem outros modelos de grande destaque e com novas contribuições para APE, tais como: a) abordagem de processos cognitivos e

psicologia, de caráter individualista e subjetivo, para entender a tomada de decisão dos chefes políticos levando em conta suas personalidades, históricos e ideologias; b) a abordagem de “multiníveis e multidimensional”, de caráter coletivista e racional tendo influências neorrealistas quanto ao equilíbrio de poder e dinâmicas de segurança, e de matiz liberais/neoliberais, com a interdependência complexa, participação das instituições internacionais, foco na cooperação pacífica e desenvolvimento mútuo; e, c) abordagem do construtivismo social, caráter coletivista e subjetivo ao enfatizar o papel das ideias, do discurso e identidade para a compreensão teórica de política externa. Portanto, trata-se de um processo histórico e evolutivo ao decorrer da segunda geração, com perspectivas positivistas e abertura ao pós-positivismo.

A perspectiva pluralista expande os modelos de estudo da política externa e como esta é teorizada. Figueira (2011) sumariza esta heterogeneidade em quatro pontos fundamentais: a) múltiplos atores, responsáveis pela construção da política externa; b) a natureza “interméstica”, do contato entre as agendas domésticas e internacionais; c) preferências nacionais são o somatório dos vários agentes políticos; e d) a politização e novos assuntos dentro da agenda política (cultura, meio ambiente e outros).

Da mesma forma que o quarto debate em RI trouxe a corrente pós-positivista com novas ontologias, epistemologias e métodos, também repercutiu para a política externa. Pelo fato de os indivíduos terem discursos, ideologias e valores que os influenciam, esses atributos são reproduzidos na política. Pensadores como David Campbell, Roxanne Doty e Henrik Larsen demonstraram o quão dominante o discurso é para a política externa, em especial na construção de uma identidade nacional (HILL, 2003).

Para o pós-estruturalismo a política externa e identidade estão correlacionadas, trata-se de um desenvolvimento mútuo. A identidade cria a política externa, enquanto a formulação da política externa produz e reproduz a identidade. Ao entender estas etapas como parte de um discurso, os pós-estruturalista articulam que não há distinção entre os elementos materiais e as ideias. Tais práticas discursivas estão inerentes à sociedade, porque os agentes políticos ou *policymakers* utilizam estas artimanhas contra a oposição, a fim de institucionalizar essa identidade e opiniões políticas (HANSEN, 2006).

Como um exemplo de análise pós-estruturalista, o artigo *Trump's Foreign Policy Isn't the Problem* de Morefield (2019), constatou-se que os discursos proferidos por Trump não são sutis, que por sua vez gera espanto aos teóricos internacionais. As teorias liberais e realistas produziram e enfatizaram uma identidade estadunidense ao decorrer do século XX, e os chefes de Estados a reproduziram. A imagem apresentada era baseada em uma grande nação vinculada

às temáticas multilaterais, progressista, democrática, culturalmente diversa e aberta ao estrangeiro, patriota e poderosa, apesar disso utilizava a força quando necessária. Todavia, essas sutilezas sinalizadas nos discursos anteriores foram rompidas com Trump, pois ele é direto e até vulgar em seu discurso. Os Estados Unidos retratados por ele é um país imperialista, impositivo no cenário multilateral, racista (no contexto doméstico e com estrangeiros vindos de países emergentes), nacionalista e militarista. Em ambos os casos se trata do mesmo país, mas narrativas diferentes.

A nação estadunidense nunca mudou o seu caráter, por exemplo, na Guerra Fria o inimigo era a Rússia comunista, e atualmente é a China comunista. Houve a guerra ao Terror de Bush, Trump direcionou à população árabe. O racismo sempre esteve presente na história do país, na década de 1960 era com as leis segregacionistas, no século XXI sem esse caráter institucional e legal ainda traz repercussões à população negra, e como inimigo externo os mexicanos. Os problemas continuaram os mesmos, a mudança está na maneira que o discurso e a identidade foram transmitidos, pois o cenário internacional e os teóricos não estavam acostumados com uma narrativa tão áspera e direta, algo antes mascarado e sutil (MOREFIELD, 2019).

As teorias de RI e seu subcampo teórico APE surgem preocupadas em estudar as relações entre os Estados e para isso as diferentes ontologias, epistemologias e metodologias atuam como ferramentas pelas quais essa análise será realizada. Foi por meio dos grandes debates que a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu e evoluiu as suas temáticas, agendas de pesquisa e visões quanto ao mundo. Do positivismo até o pós-positivismo, modelos e abordagens distintas contribuíram a um leque mais extenso e analítico sobre o Estado, a política externa e suas práticas.

Para o próximo capítulo, será explicado o modelo teórico-metodológico de Hansen (2006), um desenho de pesquisa voltado ao pós-estruturalismo e à análise dos discursos como instrumentos que produzem e reproduzem a identidade. Sendo assim, entender os elementos que agem como os preceitos, princípios e regem a política externa brasileira são essenciais para o desenho de pesquisa pós-estruturalista ao caso brasileiro.

2 O MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE LENE HANSEN E O ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA

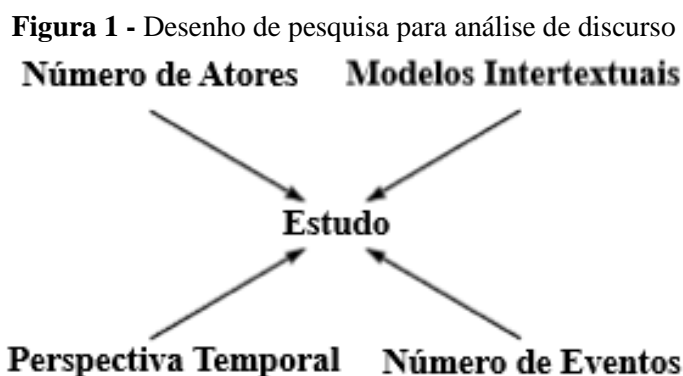
Já que o cerne da pesquisa pós-estruturalista é a análise do discurso e a construção da identidade proveniente deste, salienta-se a tendência interpretativa moldada pelo observador. Devido a essa característica surgem críticas à essa abordagem teórica, para os críticos falta uma perspectiva comparativa a fim de validar a pesquisa pós-estruturalista. Neste contexto, Hansen em *Security as practise* (2006) desenvolve um modelo metodológico propício aos preceitos pós-estruturalista. Para isso, os questionamentos levantados pela autora (HANSEN, 2006, p.1, tradução nossa)⁹ estão dispostas em:

Muitas das questões metodológicas que a análise do discurso pós-estruturalista enfrenta são aquelas que enfrentam todo o trabalho acadêmico: qual deve ser o foco da análise?, como deve ser construído um projeto de pesquisa em torno dele?, e como é selecionado um corpo de material e dados que facilita uma resposta qualitativa e quantitativamente confiável? O foco do pós-estruturalismo nos discursos articulados em textos escritos e falados exige, além disso, atenção especial à metodologia de leitura (como as identidades são identificadas nos textos de política externa e como a relação entre discursos opostos deve ser estudada?) e à metodologia de seleção textual (quais fóruns e tipos de texto devem ser escolhidos e quantos devem ser incluídos?).

Dessa forma, a política externa constrói uma descrição do contexto a partir dos objetos existentes, estabelecendo identidades específicas aos outros estados, regiões, pessoas e instituições no internacional, ao mesmo tempo que sedimenta uma identidade doméstica. É um processo gradual que passa por mudanças, atrasos, desenvolvimento e repetição, sendo representações temporais de contextos observados. Para a perspectiva pós-estruturalista são discursos: enxergados por lentes subjetivas, e não verdades históricas, objetivas (HANSEN, 2006). Em vista disso, a escolha de um caso de estudo necessita levar em consideração uma série de conjunturas, tais como: os atores envolvidos, o momento histórico, os discursos escolhidos, a mensagem por trás e as intenções. Sendo assim, o método analítico é composto

⁹ No original: “Many of the methodological questions that poststructuralist discourse analysis confronts are those that face all academic work: what should be the focus of analysis? how should a research design be built around it?, and how is a body of material and data selected that facilitates a qualitatively and quantitatively reliable answer? Poststructuralism’s focus on discourses as articulated in written and spoken text calls in addition for particular attention to the methodology of reading (how are identities identified within foreign policy texts and how should the relationship between opposing discourses be studied?) and the methodology of textual selection (which forums and types of text should be chosen and how many should be included?)”.

por quatro elementos: 1) número de atores; 2) modelos intertextuais; 3) perspectiva temporal; por fim, 4) número de eventos.



Fonte: Hansen (2006, p. 67)

Em primeiro lugar, o número de atores é escolher quem se observa, sendo esses: a) ator único (pode ser um ator singular, mas diferentes versões de si); b) comparação entre eventos ou assuntos, isto é, como o ator se comportou em determinado momento e a similaridade das suas decisões; c) cruzados, o relacionamento de dois ou mais atores sobre determinada temática (HANSEN, 2006). Este primeiro elemento serve como base formadora para identidade, ou seja, o estágio inicial do discurso, a criação de inimigos e aliados como reforços da nova imagem.

O segundo elemento, modelos intertextuais, são os materiais a serem avaliados. Os textos compartilham de um mesmo espaço textual, ou seja, uma rede intertextual que dialoga entre si e que produzem referências para os demais, de modo explícito ou implícito. Portanto, o significado do texto não está associado apenas ao seu conteúdo, mas também a outros materiais e interpretações que contribuem para o todo.

Para isso, a escolha dos textos podem ser: 1) discursos oficiais que partem dos órgãos estatais, agências burocráticas, do próprio chefe de Estado ou figuras proeminentes; 2) debate político amplo, da mídia, oposição política e corporações econômicas; 3a) representações culturais, a dita cultura clássica em arte, arquitetura, música, filosofia e poesia, como também a cultura popular de filmes, quadrinhos, televisão, autobiografia, fotografias e jogos de computador; e 3b) discursos políticos marginais, vindas de associações ilegais, movimentos sociais, acadêmicos e organizações não governamentais (HANSEN, 2006). Estas são algumas maneiras pelas quais os discursos são transmitidos, desenvolvidos e consolidados na formação da identidade.

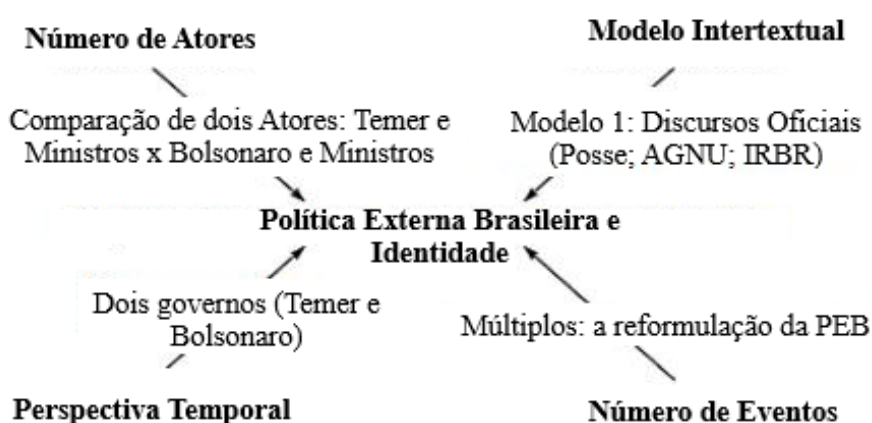
Dando continuidade, o terceiro elemento, a perspectiva temporal é a época do texto escolhido ou o seu período histórico. O estudo da política externa costuma girar em torno de

temas em alta da política mundial ou situações específicas à época, como observado no capítulo anterior. Por isso, discursos podem impactar decisões importantes e gerar repercussões de altas proporções, mas ao mesmo tempo simboliza um processo de mudança e construção de uma identidade. Assim, o discurso pode contemplar três instâncias: a) um momento específico ou período temporal; b) a comparação de épocas distintas; e c) o desenvolvimento histórico de determinado discurso. Guerras, conflitos, crises políticas e econômicas são momentos com fortes proporções, porém o momentos mundanos do cotidiano tal qual os grandes carregam consigo um valor para a compreensão da política externa e identidade. Porque denotam a produção e reprodução do discurso e que dessa forma, sedimenta a narrativa e consequentemente a identidade (HANSEN, 2006).

Finalmente, o quarto elemento indica o número de eventos que o discurso abrange, e podem ser: a) um único evento; b) vários eventos conectados por um assunto; ou, c) vários eventos conectados durante um tempo específico (HANSEN, 2006). É de referir a influência das narrativas nesses momentos, pois demonstra a evolução e as transformações que justificam o evento.

Estes quatro elementos em conjunto culminam na análise de discurso e o seu processo de criação e propagação de uma identidade, como parte de um desenho de pesquisa e método que são complementares um ao outro.

Figura 2 - Estudo do caso brasileiro



Fonte: elaborado pelos autores.

É a partir dessas categorias desenhadas pela autora que este trabalho busca compreender os valores, ideologias e as identidades produzidas e reproduzidas pela política externa dos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Na próxima seção serão abordados os ditos preceitos que regem a política externa brasileira, através de compilações

históricas e acadêmicas da área. A importância do tempo para a consolidação de um imaginário popular e o mito diplomático no Brasil.

2.1 AVALIANDO A PEB: PRINCÍPIOS, PARADIGMAS E IDENTIDADE

Princípios atuam como alicerces a um conjunto de juízos, estabelecidos em um sistema que molda a realidade, ou seja, elementos que norteiam os pensamentos e as condutas adotadas. Sendo assim, podemos entender que princípios se baseiam em algo ou alguém que sedimentam tais práticas, como a experiência. Esta é associada a eventos e percepções, que resultam no conhecimento empírico e na familiaridade produzida. Dessa forma, em uma perspectiva positivista, os princípios que regem a política externa brasileira (PEB) são a consequência de experiências históricas entre o interno e o externo (CERVO, 2008). Ao longo da história brasileira, o país foi colônia, reinado, império, república, ditadura e democracia, teve mudanças políticas e ideológicas, além de participar em vários contextos internacionais. Portanto, a política externa brasileira em sua trajetória e experiências produziu princípios ou normas para a inserção internacional.

Tais percepções foram interpretadas e condensadas nas tradições e no meio acadêmico, que conferem parte de um processo histórico e documentado que estabeleceu textos que servem de referências entre si, um exemplo disso é a Constituição Nacional de 1988. A documentação da História é composta por um conjunto de autores, obras, temas, referências a métodos e formas de abordagem que cabe ao historiador transmitir às futuras gerações. No entanto, tal procedimento por vezes é permeado por intromissões narrativas quanto ao Estado e à política (FRANCESCHINI, 2020). Constata-se, então, que a história política, identidade nacional, interesse do Estado estão lado a lado da construção histórica e resultam em uma narrativa carregada de sentimentos e mentalidades nacionais. Portanto, tal perspectiva se esconde como reprodução dos fatos e neutralidade científica, o positivismo histórico e nacionalista presente na história política e metódica na Europa do século XIX (FRANCESCHINI, 2020).

A historiografia da política externa brasileira seguiu outro rumo, devido à figura do professor e pesquisador Amado Luiz Cervo¹⁰. A metodologia apresentada por Cervo aos

¹⁰ “Ao longo de cerca cinquenta anos Amado Cervo tornou-se referência incontornável na pesquisa e no ensino de Relações Internacionais, emprestando seu brilho à historiografia da intrincada rede de relações entre os estados e as sociedades no mundo, desde o final do século 18 até nossos dias. Brasil, Argentina, Chile, França, Itália, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal... tantos cenários de intenso intercâmbio e produtiva cooperação” (HORÁCIO, ODES, L. III, 39, v .1).

estudos brasileiros é inspirada na perspectiva “renouvianiana¹¹” ao trabalhar fontes primárias (textos e documentos oficiais) e a consideração de fatores sociais, políticos e econômicos arquitetados pela diplomacia do país. Além disso, adotou uma perspectiva de longo prazo ao separar e categorizar os momentos da política externa do país e o papel diplomático (ALMEIDA, 2020).

A diplomacia compreende a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses. A política externa, por sua vez, provê o conteúdo da diplomacia por meio de uma perspectiva interna, para os contextos nacional, regional e universal (CERVO, 2008). Como aponta Cervo (2008), no decorrer histórico da nação são acumuladas e mantidas certas condutas, as quais produzem a previsibilidade às ações brasileiras ao cenário doméstico e aos atores internacionais e formulam o caráter de atuação para os governos.

Então, como sintetiza e indica Cervo (2008), os ditos princípios da PEB estão separados em nove fundamentos consagrados: 1) autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias; 2) juridicismo; 3) multilateralismo normativo; 4) ação externa voltada a cooperação e não afrontosa; 5) parcerias estratégicas; 6) realista e pragmática; 7) bom relacionamento com os vizinhos; 8) desenvolvimentista; por fim, 9) independência de inserção internacional. Conforme indica Franceschini (2020, p. 123):

Cervo, em *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*, livro de 2008, propõe, ao que parece, senão construir, pelo menos sistematizar, o arcabouço conceitual a fim de estabelecer as referências determinantes não só para o estudo e o ensino da História das Relações Internacionais do Brasil, mas, sobretudo, para aqueles que participam do processo decisório. Dessa maneira, elabora os recursos lexicais necessários para condicionar um modelo próprio e autônomo de atuação brasileira no plano internacional

O primeiro fundamento está relacionado ao pan-americanismo do século XIX, o pacifismo do Barão do Rio Branco, e o fato do Brasil ser multicultural e plural. Ademais, o compromisso brasileiro com o regime democrático de direito e dispor de um forte legado diplomático. Em segundo lugar, o juridicismo diz respeito ao compromisso jurídico adotado pelo Brasil em relação aos tratados, acordos, convenções que abrange os direitos e deveres dos atores internacionais. Continuando, o terceiro fundamento, o multilateralismo normativo, é

¹¹A perspectiva de Renouvin levava em conta as questões direcionadas ao campo da política como produto da influência das mentalidades, sobretudo nas decisões que correspondiam aos fenômenos internacionais. (FRANK, 2003, p. 43-44, citada por FRANCESCHINI, 2020).

referente a ampla participação brasileira nas organizações internacionais, a comunicação entre países emergentes do Sul global e do Norte global desenvolvido. Para o quarto ponto, ação externa voltada à cooperação e não-confrontacionista formada pelas ações no século XX, na qual o Brasil utilizou a barganha e aproximação com parceiros. E para o quinto ponto, parcerias estratégicas referem a capacidade de identificar e alinhar a quem confere benefícios ao interesse nacional (CERVO, 2008).

Em sequência, o sexto fundamento do realismo e do pragmatismo nas relações externas refere-se à realização ao melhor cenário interno, vindas com o Barão do Rio Branco e a aproximação como os Estados Unidos, já o pragmatismo é visto em Vargas e articulação de barganhas na busca de uma siderúrgica durante a II Guerra Mundial. O sétimo ponto está associado a estabelecer relacionamentos cordiais com a vizinhança sul-americana, com objetivo de cultivar cooperações culturais, políticas e econômicas duradouras. Para o oitavo fundamento, o desenvolvimento como vetor, entre os anos de 1930 e 1989 o Brasil empenhou-se a sair do modelo agroexportador e movimentar a indústria nacional, a fim de ganhar autonomia econômica e política acerca do Norte global. Finalmente, o nono ponto, a independência de inserção internacional, presume uma visão própria do mundo e interação com o sistema internacional (CERVO, 2008).

Assim, conforme enfatizado por Franceschini (2020), Cervo manifesta os princípios fundamentais da política externa brasileira, não apenas de caráter discursivo, mas também para ação de inserção internacional da nação. Tais características associadas à diplomacia brasileira, serviram para produzir e reproduzir uma identidade brasileira vista como norma. Conforme Almeida (2020), os acadêmicos brasileiros e estudiosos tendem a acreditar que as relações internacionais do Brasil se movem entre o paradigma liberal conservador (agroexportador, dependente econômico de parceiro e contra o interesse nacional) e o projeto nacional-desenvolvimentista (industrial, intervenção estatal e nacionalista), tido como o mais importante.

Ressalta-se, que essa identidade é alicerçada nos valores liberais clássicos e, assim, constrói um Brasil amigável, cooperativo e que busca destaque internacional. Ambas as visões buscam representar diferentes versões do Brasil, mas com a mesma finalidade de utilizar ao máximo o país. Seja por meio do agronegócio e aberto economicamente ou industrial e nacionalista, e tais decisões estão sujeitas as normas tidas como regentes da política externa. Os princípios da PEB são como paredes invisíveis que controlam as decisões dos chefes de Estado e os diplomatas do Itamaraty, porém tais normas podem ser extrapoladas e levam a um estranhamento, devido à quebra de identidade.

2.1.1 Os paradigmas de política externa

Para compreender os atributos dessa identidade e o porquê demonstrar ser uma visão reacionária à política externa, precisa-se explicar os paradigmas brasileiros criados por Amado Cervo (2008). Em primeiro lugar, o modelo liberal-conservador estendeu-se no início do século XIX a 1930. Tal paradigma era caracterizado pela exportação primária e importação industrial, no qual ambos os lados ganham. No centro, o desenvolvimento do capitalismo e na periferia a supremacia das elites agroexportadoras (CERVO, 2008). Nessa época a diplomacia brasileira era subserviente aos interesses da agro exportação, o alinhamento político e parcerias econômicas com Londres, Inglaterra e Washington, Estados Unidos são derivados da produção agrícola, o Brasil tinha seu prestígio internacional centrado no café, não exercia todas as suas capacidades, era limitado.

Em seguida, o modelo nacional desenvolvimentista que perdurou entre 1930 a 1989. A segunda década do século XX é marcada por crises no capitalismo, como a Crise de 1929. Dessa forma, o Brasil estava em um momento de transição, devido às inconveniências em manter o antigo modelo agroexportador, a dependência econômica dos países centrais no cenário externo, e em âmbito doméstico o país ainda apresentava desigualdades sociais, baixa educação e avanços tecnológicos.

Em outras palavras, uma nação de proporção proeminente, mas sem as estruturas necessárias ao protagonismo regional e global (CERVO, 2008). Assim, voltou-se à diplomacia como instrumento de alcançar resultados e trazer investimentos ao setor industrial. O Brasil praticava, então, uma política exterior projetando influência mundial, mas no patamar de potência média, ainda com possibilidades de crescer e de destaque (VISENTINI, 2021). Portanto, novos meios para desenvolver o Brasil e maximizar suas capacidades como uma figura central na região das Américas, uma potência atrás apenas dos Estados Unidos.

Na sequência, o modelo do Estado normal ou neoliberal não é originário no território brasileiro, mas uma adaptação aos consensos regionais e aos conselhos de países centrais como Estados Unidos e Inglaterra (CERVO, 2008). A aceitação desse modelo seguiu como os demais as tendências domésticas, que interpretaram a recessão econômica e endividamento do país à conta do último modelo, e no contexto internacional o surgimento de uma nova ordem mundial, Pós-Guerra Fria com o triunfo capitalista e a queda do comunismo. De acordo com Visentini (2021), a implantação de um modelo inspirado no neoliberalismo com o governo Collor, entretanto, configura uma crise no processo de multilateralização, a qual ainda não foi superada.

Os atributos observados nos governos neoliberais são a supremacia do mercado e a menor participação do Estado na economia. Como também, o argumento neoliberal adquiriu uma face individualista, em que o sucesso individual e empreendedor estava acima dos interesses sociais e coletivos, representou, em perspectiva de efeitos, uma involução (CERVO, 2008). Durante a década de 1990 até 2002, o Brasil abriu a economia de modo indiscriminado, sem manter um equilíbrio interno-externo o que aprofundou uma dependência estrutural ao exterior.

Cervo (2008) exprime a negatividade do Estado normal em três pontos: 1) subserviência, ao renunciar a sua autonomia política em detrimento do processo decisório do capitalismo e das nações centrais, Estados Unidos; 2) destrutivo, ao minar as bases centrais da economia brasileira em razão da alienação com o capital das empresas privadas; e 3) regressivo, ao empurrar o setor primário como empreendimento nacional, retomando de certa forma ao modelo liberal-conservador. As suas repercussões nunca deixaram a sociedade ou a política, mas ficaram dormentes durante os governos de Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016).

A era PT tem início justamente na condenação ao paradigma do Estado normal, em que era necessária uma mudança na inserção internacional, o Brasil precisava aparecer para o mundo, retomar o seu desenvolvimentismo e protagonismo externo. Em vista disso, convergir o pensamento crítico, a opinião pública e a política externa (CERVO, 2008). Para o cenário nacional, a mudança de governo e de ideologia representou um rompimento com o modelo neoliberal híbrido para um modelo de esquerda híbrida. O governo retomou princípios no estado-desenvolvimentista e procurou medidas à estabilidade monetária sobre o crescimento econômico, a contenção da inflação e aos investimentos em programas sociais e de distribuição de renda.

No contexto internacional, o modelo do Estado logístico atuava em busca de benefícios mútuos, ao invés de se submeter ao multilateralismo com benefícios unilaterais em que apenas os países centrais obtinham ganhos. Como resultado houve o desenvolvimento das relações multilaterais com os países emergentes e vizinhos regionais, um período de maior protagonismo global que procurava se destacar através da diplomacia e da política externa (CERVO, 2008). Os efeitos do governo Lula foram associados ao partido e à ideologia de esquerda, que conquistou avanços nacionais e uma internacionalização econômica e o protagonismo global. Em vista disso, a narrativa de mudança com uma política sem ideologias e em consonância ao Estado ao invés do partido se fortalece. Outro fator a ser considerado é o Brasil estar em um momento de crises internas (econômica e política), o que contribui a um clima hostil e movimentos pró-impeachment. Dessa maneira, Michel Temer assume a presidência da

república e mantém as narrativas. Já Jair Bolsonaro dá continuidade pelo sentimento de antipetismo e descontinuação da política e ideologia do PT.

Estas narrativas partem de um pressuposto que a política externa, assim como qualquer outra política, também se trata de uma política pública e por isso deve estar condicionada aos ganhos do Estado e não limitadas a um partido político. Conforme Milani e Pinheiro (2013), era algo comum referir-se à PEB como política de Estado, pois o Itamaraty se apresentava imune às mudanças e dispunha de certa autonomia quanto à definição das agendas da PEB. As formas dos paradigmas eram usadas com o propósito descritivo e qualitativos dos governos ao apanhar suas características marcantes, tais políticas são permeadas por outras áreas do governo e resultam em intervenções (positivas e negativas) ao seu conteúdo (MILANI; PINHEIRO, 2013). Por isso, é necessário enfatizar as narrativas sobre a redefinição da política externa durante ambos os governos, pois seus discursos e práticas demonstram a intertextualidade e conexão das narrativas, apresentando similaridades bem como divergências.

2.2 OS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ATRAVÉS MODELO DE HANSEN (2006)

Nesta seção serão apresentados os contornos da pesquisa ao caso brasileiro utilizando o modelo de Hansen (2006), ao explicar o número de atores, materiais textuais, perspectiva temporal e os eventos selecionados.

2.2.1 Número de Atores

Os paradigmas da PEB exercem o papel de cartilhas identitárias ao governo e em suas pautas externas. São responsáveis por produzir e reproduzir uma identidade que permeia todos os setores institucionais do Estado reunindo as influências históricas, econômicas, políticas e a permuta entre o interno e o externo. A identidade brasileira formada pelo acumulado histórico diplomático e estruturada em torno de seu tradicionalismo repassou a imagem de um Itamaraty resistente as mudanças e autônomo. Ou seja, era o ambiente diplomático do país que orquestrava a formulação e condução da política externa do país (MILANI; PINHEIRO, 2013). No entanto, este processo é mais plural do que se acredita com as influências dos demais setores do governo em seu papel de delimitação aos interesses nacionais e políticos.

Dessa maneira, a primeira variável a ser desenvolvida, o número de atores, envolve as figuras do presidente Michel Temer e de seus ministros das Relações Exteriores José Serra e

Aloysio Nunes para os anos de 2016 a 2018. Nesse primeiro momento, a identidade do país estava voltada a redefinição da política externa e com uma tom mais neoliberal quando comparado à sua antecessora. Já no governo Bolsonaro, as figuras a serem investigadas são o próprio presidente Jair Bolsonaro e seus chanceleres Ernesto Araújo e Carlos França durante os anos de 2019 a 2022. Nesse segundo momento, aspectos que constituem uma imagem bolsonarista são adicionados como o militarismo, o conservadorismo judaico-cristão e o olavismo.

Os personagens com maior relevância dentro os dois governos estão relacionados devido ao caráter de oficialidade, portanto ocupam espaços significativos as tomadas de decisão e condução da política externa do país e sua identidade. Além disso, em suas narrativas podem ser percebidas influências sobre demais atores do governo, por conseguinte se tornam referências a serem mencionadas e repetidas. Tais motivos serão detalhados na escolha dos materiais textuais, apresentados no próximo tópico.

2.2.2 Tipos de Texto

O elemento primário da análise pós-estruturalista é a prática discursiva. Discursos expressam ideologias, vieses e narrativas que são provenientes de outros materiais, como textos. A intertextualidade é configurada pelo espaço textual que conversa e se refere entre si, que podem ser feitas explicitamente ou implicitamente. Por conseguinte, os significados dos materiais textuais são construídos através de uma rede de outras análises e interpretações que contribuem para uma gama maior de discursos que não são produções isoladas, mas nós de uma teia que conecta as narrativas e expõe os discursos dominantes (HANSEN, 2006).

Os discursos oficiais (modelo 1) direcionam as análises nas figuras predominantes do Estado, os chefes de Estado e ministros com capacidade de influenciar a política externa do país, os materiais podem abranger os discursos, debates políticos, textos produzidos, entrevistas, livros ou outras obras que tenham repercussão em suas falas. O cerne deste modelo é estudar a construção da identidade dentro da oficialidade do governo, ao analisar as redes textuais que colaboram para estabilizar a sua narrativa e examinar como os discursos oficiais enfrentam as críticas. A análise dos discursos deve conter textos-chave que costumam ser referências e atuam como nós da intertextualidade, além de um número vasto de materiais para prover uma base quantitativa dos discursos dominantes. A escolha dos discursos deve seguir

três critérios: definição clara da identidade e políticas; amplamente lidos e consultados; e ter credibilidade para definir uma posição política (HANSEN, 2006).

Dessa forma, o escopo de textos abordados consiste em fontes oficiais dos governos Temer e Bolsonaro que atuam para a reformulação da identidade e colaboram em suas narrativas sobre a política externa brasileira. Seguindo os três critérios para a seleção dos textos, em relação ao governo Temer temos os pronunciamentos de posse presidencial, a posse do primeiro chanceler José Serra e do segundo chanceler Aloysio Nunes, além dos discursos de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) entre os anos de 2016 a 2018 e das falas na formatura do Instituto Rio Branco (IRBR) de 2016 a 2018. Para o governo Bolsonaro foram escolhidos a posse presidencial, a posse do primeiro chanceler Ernesto Araújo e do segundo chanceler Carlos França, como também os discursos de abertura na AGNU entre os anos de 2019 e 2022 e as falas na formatura do IRBR no mesmo período.

2.2.3 Perspectiva Temporal

Dando continuidade às variáveis, a perspectiva temporal é o momento dos anos de 2016 até 2022. Para Hansen (2006), as análises de discurso pós-estruturalista costumam enfatizar em episódios marcantes de conflitos ou em guerras, mas também devem ser aplicadas nos momentos do dia a dia político, pois são esses elementos diários que são responsáveis por elaborar e transformar a identidade. Os estudos de momentos acomodam análises valiosas que podem gerar conhecimento quanto às mudanças dos discursos ou a sua repetição ao longo de períodos bem delimitados e de relativa proximidade temporal. Dessa forma, esse momento de seis anos é organizado em dois períodos, o primeiro de Michel Temer (2016-2018) e o segundo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que irá tomar um maior espaço, tendo em vista a maior duração de seu governo.

Durante essa época, as posses presidenciais e dos ministros das Relações Exteriores, bem como a abertura da AGNU e as formaturas do IRBR foram plataformas de propagação dos seus discursos e marcam os nós intertextuais que carregam suas narrativas. A política de Temer de redefinição da PEB para um molde dito tradicional, a retomada ao pragmatismo da diplomacia brasileira. Já Bolsonaro, em seus quatro anos há uma reformulação da identidade nacional entrelaçada a uma identidade conservadora, cristã e ocidental que combate o marxismo globalista e suas demais faces, que são anos de discursos que reforçam o “eu” do Brasil bolsonarista e o “outro” do mundo globalista. A comparação nesse tempo de seis anos permite

observar as transformações e repetições instrumentalizadas no decorrer de seus cenários políticos.

2.2.4 Número de Eventos

Para a variável final da análise, número de eventos, de caráter múltiplo, diz respeito a reformulação/redefinição da PEB, isto é, o plano de inserção internacional observados nos governos. Conforme Hansen (2006), o estudo de um momento também abrange a identificação de “sub-momentos” ou períodos, ressalta-se a importância do contexto histórico durante esses eventos, pois as narrativas centrais estão associadas ao seu tempo e suas identidades também. Assim sendo, eventos serão versados dentro dos momentos e de seus sub-momentos, pois os dois governos dispuseram de mais de um chanceler que trouxeram mudanças à dinâmica narrativa. Além de enfatizar três instâncias: 1) popular, com os discursos encaminhados à população civil e investidores nas posses; 2) externa, destinada a comunidade internacional na AGNU; e 3) burocrática, aos novos integrantes do corpo diplomático do Itamaraty. Em suma, estes eventos consistem em momentos em que a identidade proposta pelos governantes e seus ministros foram perpetuadas por seus discursos e narrativas.

A concepção dos paradigmas para PEB atuam como elementos que definem e orientam os governos brasileiros em suas ações. Contudo, a política externa não deve ser vista como independente ou imutável, uma vez que está sujeita às pautas, influências e decisões do governo vigente. O modelo teórico-metodológico de Hansen (2006) permite designar elementos analíticos para compreender como a política externa e a identidade são fomentadas seja pelos atores, os materiais textuais que tecem redes comunicativas entre si e assessoram as narrativas no decorrer do tempo, que por meio da repetição criam e transmitem o seu projeto de identidade. E nestes momentos se encontram os eventos que delimitam a identidade do país e as narrativas carregadas por seus perpetuadores.

No próximo capítulo, será posto em prática o modelo da Hansen (2006) para estudar os comportamentos, narrativas e as práticas discursivas do governo Temer e Bolsonaro. Ao observar os elementos textuais que foram instrumentalizados na reformulação/redefinição da política externa brasileira, seja em favor do tradicionalismo pragmático de Temer ou de novos aspectos que destoam do convencional antes visto de Bolsonaro.

3 EXAMINANDO A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO SOB A ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA

A política externa brasileira e identidade se consolidaram em conjunto com seus preceitos e ditos princípios diplomáticos, por consequência marcaram uma imagem do país nestes contornos. Porém, os governos carregam consigo vieses, ideologias e pautas moldadas pelo interesse nacional e políticas públicas. Em seus aspectos gerais, os governos expõem suas agendas, planos e identidades seja por meio da redefinição, dissipação de narrativas anteriores ou pela inserção de novos atributos. A proposta de Temer e de seus ministros é recorrer a tradição diplomática para fortalecer a sua política externa e identidade, enquanto deslegitimam a oposição e antecessores. O seu discurso evoca essas características, mas que não são transmitidas em suas ações. Em seguida, o governo Bolsonaro continua certas práticas vistas em Temer, porém a construção de sua política externa e identidade serão orientados por um conservadorismo dos valores ditos tradicionais da sociedade brasileira, mas com uma abordagem de maior abertura econômica. Assim, traz um Brasil conservador nos costumes e liberal na economia. Os dois governos mantêm suas narrativas estruturadas em torno de seus discursos, sendo levadas adiante e conservando o seu foco na reestruturação de uma política externa particular de suas gestões.

3.1 ASPECTOS GERAIS DOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Em maior complexidade, nações apresentam diversas identidades ao longo de sua história devido à longevidade, sofrem mudanças domésticas que tange cultura, sociedade, economia e política, e a interação com o âmbito internacional traz novas influências e problemas instaurando uma nova identidade ou paradigmas à política externa. A identidade brasileira se estabeleceu concomitante aos princípios diplomáticos e a política externa, embora em períodos históricos distintos o modelo da PEB passou por mudanças. Na obra “Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiro”, Amado Cervo (2008) observou as tendências da política externa e chegou em quatro paradigmas que são 1) modelo conservador-liberal; 2) modelo nacional desenvolvimentista; 3) modelo do Estado normal; finalmente, 4) Estado logístico. A elaboração desses modelos se deu por meio da análise do contexto espaço-temporal dos atores políticos e as suas práticas discursivas, ou seja, trata-se da categorização da diplomacia brasileira, portanto, uma identidade que o Brasil criou no interno e reproduziu no cenário externo.

É por meio desses modelos que as tradições e ideologias da PEB são estruturadas. A escolha do paradigma está em consonância com as instituições que compõem o corpo do Estado, por sua vez, os indivíduos e as ideologias majoritárias definirão o curso das decisões de política externa. Todavia, esses comportamentos não surgem dos governos ou de um contexto internacional e em seguida são descartados. Os seus valores, ideias e discursos continuam presentes nas instituições governamentais e no imaginário popular, pois uma geração de indivíduos foi introduzida, conduzida e solidificada em uma identidade.

Para os dois governos analisados Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) se observa similaridades na formação de suas identidades devido operarem sobre um mesmo preceito a redefinição da política externa. Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), a custo de escândalos de corrupção, instabilidade política e resultados econômicos ordinários que ocasionaram em uma perda da confiança no Brasil por parte do mundo (CASARÕES, 2021). A queda no comércio e dos investimentos colocaram o país em um isolamento, repercutindo o quadro doméstico negativo. Enquanto isso, no plano externo, as sequelas tardias da recessão financeira mundial e as transformações geopolíticas atingiram o Brasil, principalmente em regiões sensíveis aos interesses brasileiros (CASARÕES, 2021).

A identidade que o Brasil projetava durante este período estava pautada em três fundamentos: 1) foco na América do Sul, mas ainda mantendo um bom relacionamento com outros países em desenvolvimento; 2) bom desempenho econômico e ambição política no âmbito global; e 3) elaboração de uma democracia voltada à inclusão social e reconhecimento dos direitos das minorias (MILANI, 2019). No entanto, a oposição capitalizou nessa imagem como uma política externa considerada ideológica de esquerda, pois privilegiava parcerias com Cuba e Venezuela.

Dessa maneira, conforme a leitura da oposição, a situação do Brasil era de insatisfação ao governo Dilma, com o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus esquemas de corrupção que eram enxergados como empecilhos ao desenvolvimento do país, a falta de investimentos estrangeiros e representação global, ademais uma política externa ideológica que ameaçava ao Brasil. Portanto, por parte da sociedade se tem um cansaço com o governo e sentimento de preocupação com as crises econômicas que consumam em uma revolta, a oposição em contrapartida vê uma oportunidade. Com o impeachment da presidenta Dilma, há a narrativa de que o Brasil entraria em uma nova fase de política interna e diplomática, que traria diversos benefícios ao país (SILVA, 2022).

Neste contexto político que se encontram os aspectos indispensáveis para ambos os governos. Nos primeiros momentos de Temer no poder, o jogo de narrativas estava acirrado,

pois o processo de impeachment para a esquerda era visto como um golpe e ameaça ao Estado democrático de direito, enquanto a direita o defendia como um processo legítimo. Em seu discurso de posse, o presidente assegurou três pontos importantes em sua gestão: 1) a vitalidade da democracia; 2) a pacificação da nação (no campo político); por fim, 3) resgatar a credibilidade do Brasil para investimentos estrangeiros (TEMER, 2016).

Conforme Milani (2019), as prioridades da política externa com Temer estavam concentradas em novos acordos comerciais bilaterais, no realinhamento do Brasil com o Ocidente (Estados Unidos e Europa), reforço da dimensão econômica do Mercosul e no isolamento da Venezuela. Em consonância, os autores Cavalcanti e Venerio (2017) evidenciam que o documento “Uma ponte para o futuro”, a agenda política do PMDB de 2015, já aparentava do ponto de vista político-ideológico como uma oposição à agenda do governo então vigente. Estes pontos demonstram que as narrativas identitárias do governo Temer se encontram entrelaçadas e conectadas, visando uma mudança na dinâmica da política externa orientadas ao neoliberalismo. O senador José Serra (PSDB-SP) assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores com planos de “desideologizar” a política externa, revertendo e dissipando com todo o legado de Lula e do PT (CASARÕES, 2021).

De acordo com Silva (2022), a promessa de Serra de uma política externa sem ideologias respondia tanto às críticas aos países bolivarianos quanto às críticas ao processo de impeachment e indicava um afastamento das relações sul-sul, retomando os esforços brasileiros a parceiros mais tradicionais como os Estados Unidos, União Europeia e o Japão. Alegando problemas de saúde, Serra então é afastado do cargo. Aloysio Nunes foi o segundo chanceler durante esse período, dessa vez, com uma abordagem mais tradicional da diplomacia brasileira. Nunes realizou pequenas correções de rumo, ao priorizar um caminho mais discreto no Itamaraty, e mantendo a agenda e o “desengajamento estratégico” iniciado por Serra (SILVA, 2022).

As linhas narrativas disseminadas através do governo Temer estiveram empenhadas em definir a política externa como uma política pública vinculada ao Estado e não mais a partidos ou governos. Para isso, utilizou preceitos históricos da diplomacia encontrada no 4º artigo da Constituição de 1988 a fim de assegurar seu compromisso com a tradição diplomática do país. Todavia, os seus chanceleres eram membros da Câmara dos deputados, ou seja, não são figuras que traduzem esse tradicionalismo, mas pontes com os interesses políticos nacionais. A reestruturação da política externa, na verdade representou uma medida de governo igual àquela que se criticava com sua antecessora.

O governo de Bolsonaro é eleito por uma frente neoconservadora, contando com neoliberais do setor empresarial, grupos religiosos (católicos e sobretudo neoevangélicos), militares, agronegócio e “olavistas”¹², (SILVA, 2022). Segundo Milani (2019), Bolsonaro se apresentou como um político antisistema com o objetivo de se distanciar da política tradicional. Na qual é marcada como conservadora nos costumes e liberal na economia.

Os principais aspectos que definem esse contexto tanto doméstico como no externo são: a) a ascensão dos movimentos e de governos conservadores na América Latina e no Ocidente; b) a crítica à política externa desenvolvida na “era PT”; c) a crítica “anti-globalista” e paralisação das instituições multilaterais; d) as mudanças na política externa norte-americana sob o Governo Trump; e) a crise econômica prolongada; f) desengajamento da integração regional (SILVA, 2022). A intertextualidade entre discursos e atitudes encontradas na Era Serra e agora com o governo Bolsonaro sedimentam o caráter de redefinição da PEB, e para isso a figura com maior destaque na consolidação da nova identidade é o primeiro chanceler Ernesto Araújo. A nova PEB estaria alinhada com três fatores essenciais: anticomunista, antiglobalista e em defesa dos valores ocidentais.

Dessa forma, o Brasil procuraria formar alianças por motivações primariamente ideológicas, em detrimento de ganhos ao longo prazo para o país, era preferíveis vitórias “morais”, “identitárias” e “culturais”. Em vista disso, a cooperação sul-sul é percebida com descrédito, assim o Brasil se afasta do Oriente Médio (em partes), da África e dos países sul-americanos. E se inclina para parcerias como Donald Trump dos Estados Unidos, Benjamin Netanyahu de Israel, Viktor Orbán da Hungria, Andrzej Duda da Polônia, ou Matteo Salvini, da Itália (CASARÕES; FARIA, 2021). O governo Bolsonaro revive o período da Guerra Fria, ao renegar as tendências multipolares do mundo e associando a nova agenda global como um projeto “globalista marxista”, enfim muda a posição quanto ao conflito israelo-palestino ao engajamento multilateral com temas sociais, como direitos humanos e meio ambiente (CASARÕES, 2021). Na segunda metade de seu governo, a crise da COVID-19 entrou em seu auge para o mundo e em especial no Brasil, e as respostas diplomáticas de Araújo repercutiam negativamente. Tais críticas eram direcionadas à China, devido ao primeiro surto de Covid-19

¹² São os alunos e seguidores de Olavo de Carvalho e do Olavismo. “As características que mais se sobressaem no pensamento do próprio Olavo: um pessimismo cultural decadentista; a idealização de um passado utópico; crença na renovação da sociedade através de uma elite cultural; a reafirmação do poder moral e espiritual do catolicismo; os temores de uma islamização do Ocidente; uma filosofia da história reacionária; um realismo político extremado; uma política de mobilização constante; o horror ao comunismo, ao multiculturalismo, ao politicamente correto e ao suposto marxismo cultural; a crítica ferrenha da filosofia universitária; as teorias de teor conspiratório” (HUSSNE, 2020).

ter acontecido em Wuhan. Além disso, a narrativa adotada pelo governo foi de culpabilizar a China, a mesma vista nos Estados Unidos, de ter o vírus feito em laboratório, o chamando de "vírus chinês" (PUTTI, 2021).

As polêmicas continuam, principalmente, nas redes sociais. Eduardo Bolsonaro, deputado e filho do presidente, condenou a China em suas postagens, o chanceler escolheu não se pronunciar sobre o caso. Além disso, o próprio chanceler também realizou críticas ao país em suas redes sociais. Estes comportamentos, resultaram em sua remoção do cargo, para substituí-lo é escolhido o diplomata Carlos França. A partir disso, há uma mudança no posicionamento do Itamaraty em relação à China, ao Covid e sua inserção internacional, sendo assim, França e o Itamaraty retoma uma diplomacia mais tradicional, menos identitária e provocativa.

Para Casarões (2021), esse período da Dilma até Bolsonaro pode ser separado em três momentos: a fase de retração da política externa com Dilma; a fase de normalização com Temer; e a fase de redefinição com Bolsonaro que reposiciona o Brasil como nação cristã e conservadora. Constatase, então, uma sucessão de eventos que transformaram o cenário político brasileiro, os aspectos gerais de ambos os governos estão estruturados na concepção do “outro” um partido “problemático”, cheio de ideologias marxistas, globalistas e “esquerdistas” que ameaçavam o desenvolvimento do capital interno e investimentos estrangeiros, logo era necessária uma mudança do “eu” do Brasil. Na mediada que o governo Bolsonaro vai além, uma nova identidade conservadora, neoliberal e cristã. A seguir será abordado como essas identidades são sobrepostas e a narrativa central do “eu” e do “outro” para o Brasil progrediu até o fim dos governos e a nova inserção no sistema internacional. Um período de seis anos de governo, mas duas identidades associadas a princípios da história do país e do confronto ao sistema global, uma narrativa política e populista acima de tudo.

3.2 ESTUDANDO E AVALIANDO AS POLÍTICAS EXTERNAS NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

A Era PT perdurou entre os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) e chega ao fim com o impeachment da presidenta. A oposição politizou a política externa em seus discursos ao afirmar que o PT privilegiava suas pautas ideológicas em detrimento dos objetivos do Estado brasileiro. Portanto, observam-se narrativas discursivas quanto a identidade do Brasil no contexto doméstico entre “eu” e o “outro” devido às ações no cenário regional sul-americano e internacional.

3.2.1 O Governo Temer

Com a chegada ao poder, Temer encerra o modelo de esquerda híbrida e põe em prática a visão de “Uma ponte para o futuro” e busca fomentar essa redefinição da identidade da política externa brasileira e de sua identidade, seguindo os interesses nacionais. Casarões (2021) define este momento como a fase de normalização, na qual Temer empenhou-se em garantir a legitimidade e a sobrevivência de seu frágil governo transitório por meio do reforço da agenda comercial, com vistas à recuperação econômica do país.

Em seu discurso de posse, no dia 12 de maio de 2016, Temer tentou indicar o caráter transitório de seu governo e a tentativa de controlar os ânimos dos apoiadores e da oposição. É necessário evidenciar três pontos em seu discurso: 1) a confiança no processo democrático; 2) menor participação do Estado na economia; e 3) a política externa. Sendo assim:

E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança. Confiança nos valores que formam o caráter de nossa gente, na vitalidade da nossa democracia; confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento que é de grande dificuldade. Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento (TEMER, 2016).

Este começo serve como uma introdução do novo governo para estabelecer a confiança e a comunicação entre o meio político e a população brasileira. O Brasil havia acabado de sair de um processo impeachment, então era necessário assegurar a credibilidade no *establishment*, pois seria um período de transição com mudanças políticas e de identidade. O diálogo com a população é uma tentativa de aproximação e de capitalizar o apoio popular ao governo. Outros assuntos como a Lava Jato e os valores religiosos também aparecem no discurso, narrativas no auge da época e que serviam para criar certa aproximação entre o governo e a população. Em seguida há a definição da menor presença estatal na economia e seus atributos:

Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País. Sabemos que o Estado não pode fazer tudo. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois

pólos que irão criar a nossa prosperidade. Ao Estado compete - vou dizer, aqui, o óbvio -, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. Todos os nossos esforços estarão centrados na melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da governança pública (TEMER, 2016).

As principais características encontradas nesta redefinição estão concentradas nas parcerias público-privadas, ao minimizar o papel do Estado na economia e direcionando seus esforços nas áreas como segurança, saúde e educação. Ou seja, há um enxugamento da presença estatal quanto aos outros serviços. É importante salientar que estas proposições já haviam surgido no ano de 2015 com “Uma ponte para o futuro”, portanto se trata dos nós intertextuais que formam as linhas narrativas dos discursos e à identidade.

Por fim, a política externa:

... nesta Constituição, a independência nacional, a defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, o respeito à autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a não-intervenção, a centralidade dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo, dentre outros princípios, são valores profundos da nossa sociedade. E traça uma imagem de um País pacífico e ciente dos direitos e deveres estabelecidos pela nossa Constituição. São, meus amigos, esses elementos de consenso que nos permitem estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País (TEMER, 2016).

Ao enfatizar os princípios da política externa através da Constituição brasileira, Temer está enfatizando o elemento da tradição diplomática no Brasil e ao mesmo tempo contrapondo a identidade vista nos governos de Lula e Dilma. Refere-se a sua narrativa de reestruturação da política externa para seu governo e descontinuação das atitudes adotadas em momentos passados. Por outras palavras, é entendido que o Brasil saiu da política ideológica do PT, a separação entre as políticas encontra-se na palavra “recuperação”, já que deduz a perda de algo ou que foi extraído, e agora retornou. O que volta é uma política de Estado.

É com o primeiro chanceler José Serra (PSDB-SP) que a identidade da política externa do governo Temer se expõe abertamente a todos, através das dez diretrizes apresentadas em seu discurso de posse. A primeira refere-se ao retorno diplomático, a volta das tradições do Itamaraty: “A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido”. Em segundo lugar, os princípios que regem a política externa brasileira: “defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país;

consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e em respeito ao princípio de não-ingerência”. O terceiro ponto indica o compromisso com o desenvolvimento sustentável: “...a fim de desempenhar papel proativo e pioneiro nas negociações sobre mudança do clima e desenvolvimento sustentável”. Estes três tópicos remetem a definição da identidade brasileira sobre o governo Temer, o foco está no retorno aos princípios e ao pragmatismo da PEB, ou seja, expõem o rompimento com as medidas e a política do antigo governo, sendo dita de modo claro e expositivo.

Seguindo com as diretrizes, a quarta é o compromisso global com a ordem liberal: “Na ONU e em todos os foros globais e regionais a que pertence, o governo brasileiro desenvolverá ação construtiva em favor de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos internacionais” e em “se empenhará para a superação dos fatores desencadeadores das frequentes crises financeiras e da recente tendência à desaceleração do comércio mundial”. A quinta e a sexta diretrizes reforçam o posicionamento multilateral brasileiro: “negociações multilaterais da OMC são as únicas que poderiam efetivamente corrigir as distorções sistêmicas relevantes, como as que afetam o comércio de produtos agrícola” e “intensa consulta com diferentes setores produtivos, a um acelerado processo de negociações comerciais”. Esses pontos dão um maior contorno ao caráter econômico do governo, com medidas visando o capital e desenvolvimento do agronegócio.

Em se tratando das parcerias privilegiadas pelo país a partir do novo governo, a sétima diretriz indicou a aproximação com a Argentina. A oitava é o realinhamento com parceiros tradicionais como Europa, os Estados Unidos e o Japão. A nona refere-se às novas parcerias asiáticas como China e Índia, além de acentuar que a cooperação com países africanos é baseada no intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. O último ponto foca nas políticas de comércio exterior, com o Brasil buscando um aumento em sua produtividade e competitividade. Tais pontos refletem as parcerias estratégicas do Brasil e a ênfase ao tradicional portanto, sedimentam essas mudanças de governo à PEB.

Para Visentini (2021), um elemento duradouro da política internacional do Brasil é a tendência de posicionar-se como rival dos estados hispano-americanos. Em consequência, de exercer políticas hegemônicas para a região epositor a tendências como o pan-americanismo de orientação bolivariana fez com que o Brasil não considerasse a si mesmo como latino-americano, preferindo então a aproximação com países desenvolvidos ou potências globais. Por isso, o alinhamento sul-sul é um bom exemplo de “política ideológica”, pois insinuava uma nova visão identitária brasileira e também invertia as parcerias tradicionais.

A narrativa dos valores tradicionais, multilateralismo e a abertura econômica continuam presentes tendo cada vez mais ênfase do seu papel, constituem o centro dessa identidade brasileira, já exposta anteriormente nos planos de governo. Temer em sua fala de abertura da 71ª Assembleia da ONU, em 2016, retoma esse acesso ao Brasil e a importância do diálogo no mundo:

O Brasil traz às Nações Unidas sua vocação de abertura ao mundo. Somos um país que se constrói pela força da diversidade. Acreditamos no poder do diálogo. Defendemos com afinco os princípios que regem esta Organização. Princípios que são, hoje, mais necessários do que nunca (TEMER, 2016).

A abertura do discurso é forte, pois apresenta um Brasil aberto politicamente e economicamente, ademais segue e defende os princípios internacionais que tornam um mundo um lugar mais cooperativo e comunicativo. As agendas trazidas nesse discurso abrangem o desenvolvimento sustentável, a segurança transfronteiriça, o combate ao crime organizado e terrorismo e a reforma do conselho de segurança da ONU. Mas acima de tudo há uma crítica ao protecionismo econômico:

O Brasil, país mais biodiverso do mundo, detentor de matriz energética das mais limpas, é uma potência ambiental que tem compromisso inequívoco com o meio ambiente. O desenvolvimento depende, também, do comércio. Em cenários de crise econômica, o reflexo protecionista faz-se sentir. Há que contê-lo. O protecionismo é uma perversa barreira ao desenvolvimento. Subtrai postos de trabalho e faz de homens, mulheres e famílias de todo Brasil, vítimas do emprego e da desesperança igualmente no mundo (TEMER, 2016).

Dessa forma, para enfrentar este problema é através do multilateralismo do comércio que aproxima as nações e cria um espaço de cooperação e desenvolvimento. Essa é a visão de mundo defendida por Temer e o encerramento de seu discurso evidencia essa necessidade do universalismo com “Nosso destino é comum. Nas Nações Unidas, nos aproximamos, mais do que em qualquer outro lugar, do ideal universalista que nos anima” (TEMER, 2016). O primeiro ano do governo Michel Temer restabelece o compromisso com o livre mercado e com o universalismo. Em sua gestão, a inserção do Brasil terá comportamentos condizentes ao neoliberalismo que foram expressos no documento de 2015.

Para 2017, a frente administrativa das Relações Exteriores viu uma mudança. Serra pede demissão do cargo de chanceler alegando complicações médicas e entra a figura do também senador do PSDB, Aloysio Nunes, em 07 de março. O discurso de Nunes continua na mesma cartilha de 2016. Pode-se destacar em seu discurso a frase de abertura:

Não preciso insistir sobre isso: minha ação, à frente do ministério, na sequência e na atualização de sua orientação, falarão mais do que eu poderia dizer nesse discurso de transmissão do cargo. O que é certo é que, com o mesmo denodo que você, tratarei de assegurar que nossa política externa esteja sempre alinhada com os reais valores e os legítimos interesses nacionais (NUNES, 2017).

A palavra e atributo que define o segundo ano do governo Temer é universalismo. A atenção às tradições diplomáticas brasileiras e ao multilateralismo são tópicos que estão presentes no discurso de Nunes e continuam ao decorrer do ano. Em seu discurso aos formandos de 2016 e 2017 do IRBR, Temer reforça mais uma vez o papel do Itamaraty e seu compromisso com a visão tradicional:

Hoje, que é o dia do diplomata, é com orgulho cívico, portanto, que venho à esta Casa, de braços abertos, cumprimentar duas novas turmas do Instituto, que leva o nome desse grande estadista, homem público, que acima de tudo serviu ao Brasil, por sobre partidos e ideologia, e aqui eu tomo a liberdade de dizer, quando os senhores estiverem no exterior, não haverá ideologia ou partido ou tendência intelectual ou tendência ideológica, que haverá de presidir os seus trabalhos, mas sempre e permanentemente o interesse do nosso País (TEMER, 2017).

Logo mais, Temer retoma em seu discurso o papel da Constituição Federal como elemento fundamental às diretrizes governamentais e, acima de tudo, estatais. O cerne narrativo do governo Temer é dissolver as políticas do governo anterior e destacar a política externa como política pública. Como vimos anteriormente com Campbell (1998) e Hansen (2006), o discurso vai procurar estabelecer dicotomias para consolidar a identidade da política externa e do país. Na abertura da AGNU de 2017, Temer sugere algumas preocupações contemporâneas ao cenário global, tendo como: 1) nacionalismo-protetionista, com a passagem “Nós recusamos os nacionalismos exacerbados. Não acreditamos no protetionismo como saída para as dificuldades econômicas – dificuldades que demandam respostas efetivas para as causas profundas da exclusão social”; 2) a Venezuela, “A situação dos direitos humanos na Venezuela, lamentavelmente, continua a deteriorar-se. Estamos ao lado do povo venezuelano, a quem nos ligam vínculos fraternais”.

Estes dois tópicos caracterizam quem é o “outro”, em especial a Venezuela, pois o país enfrentava uma crise política, econômica e humanitária, em vista do governo autoritário e as medidas protetionistas. Portanto, consolidando a imagem de um Brasil nos conformes do governo democrático, multilateral e com abertura econômica. Há outras temáticas nesse discurso, como a reforma do CSNU e as parcerias com África e BRICS, no entanto, são feitas de modo breve.

O período Temer entra em seu último ano em 2018. É o fim de um ciclo, da transição de governo, de identidade e paradigma, os valores e princípios defendidos na sua gestão são evidenciados para os formandos do IRBR: “E eu que, desde algum tempo, desde a presidência da Câmara, desde a vice-presidência e agora, tenho tido os maiores contatos com a diplomacia brasileira no exterior, eu vejo como ela é respeitada, extraordinariamente respeitada” (TEMER, 2018). Para a abertura da ANGU do mesmo ano, o sentimento de nostalgia e dever cumprido são expressos em três momentos: o primeiro, o multilateralismo como antídoto ao unilateralismo, pois há a “convicção de que problemas coletivos demandam respostas coletivamente articuladas” (TEMER, 2018). O segundo ponto, o fim do governo e a passagem da tocha: “O País que entregarei a quem o povo brasileiro venha a eleger é melhor do que aquele que recebi. Muito ainda resta por fazer, mas voltamos a ter rumo”. E por fim, o resumo da identidade brasileira em seus anos de governo: “Um país que, diante do isolacionismo, propõe mais abertura e integração. Que, diante da intolerância, propõe mais diálogo e solidariedade. Que, diante do unilateralismo, propõe mais diplomacia e multilateralismo”.

Em suma, o momento Michel Temer (2016-2018) conta como uma redefinição da política externa direcionada ao pragmatismo diplomático após o período PT. A dissipação de medidas passadas e sua inserção internacional são práticas que percorrem todos os governos, pois para uma rearticulação de identidade é preciso abandonar a outra. Os discursos e narrativas políticas são instrumentos para desenvolverem no decorrer de seus mandatos ou historicamente os princípios e valores que pautam essa identidade. Temer e seus ministros em seus dois anos e meio trouxeram as essências: o multilateralismo, o universalismo, a tradição diplomática e constitucional e o neoliberalismo.

Estas foram as bases do “Eu” identitário brasileiro nesse momento, os antagonistas ou “Outro” foram: isolacionismo, protecionismo, populismo, ideologias e políticas de governo. Ademais, a reorientação estratégica e parcerias com Estados Unidos, União Europeia, Japão e relacionamentos com China e BRICS evidenciam essa consolidação de identidade. Mas ao mesmo tempo, revelam uma contradição devido à escolha dos chanceleres serem pessoas fora do Itamaraty, isto é, o centro da diplomacia brasileira. Seguir a tradição exposta na Constituição ou reproduzida na academia são formas de consolidar suas falas e narrativas as deixando conectadas pelos nós intertextuais. Para concluir, as práticas de Temer foram fundamentas nos interesses nacionais visionados por seu governo, sendo assim transmitiram suas influências para a PEB, aquilo que foi criticado em seus discursos também foi perpetrado em suas ações.

3.2.2 O Governo Bolsonaro

Jair Bolsonaro (2019-2022), diferente de Temer, teve um mandato completo de quatro anos, em seus anos inaugurais de governo o objetivo não foi limitado em apenas reestruturar a identidade e a política externa do país, mas criar uma nova e a consolidar no decorrer dos anos. Sendo assim, as figuras de maior destaque neste primeiro momento são Bolsonaro e Ernesto Araújo. Em 28 de outubro de 2018, em seu discurso de vitória, as preocupações para a política externa foram expressas da seguinte forma: “Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas” (BOLSONARO, 2018). A intertextualidade que conduzirá as linhas narrativas dessa identidade serão os aspectos idênticos trazidos em sua campanha presidencial.

Os ânimos brasileiros estavam nas alturas, o sistema democrático era percebido com desconfiança graças às instabilidades econômicas, crises de corrupção e falta de esperança ao futuro. Programas sociais como o Bolsa Família e cotas em universidades, a “ameaça do politicamente correto”, temáticas como meio ambiente, direitos humanos, mulheres, minorias raciais e a comunidade LGBTQIA + constituíam o “outro”, na visão bolsonarista. Esses elementos faziam parte de uma agenda marxista globalista que punha em risco os valores conservadores, a família tradicional brasileira, capitalismo, meritocrático e judaico cristã, o “eu” aos bolsonaristas (CASARÕES; FARIA, 2021).

A campanha eleitoral de Bolsonaro teve como um de seus mantras “Deus, pátria e família” e a passagem João 8:32 da Bíblia que diz “e conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará”. Estes elementos estão presentes a todo momento na sua corrida presidencial, no dia 1 de janeiro de 2019 Bolsonaro ao subir a rampa do Planalto e proferir o seu discurso de posse, no qual continua as mesmas narrativas e já indica a identidade brasileira que será formada, assim como os antagonismos a serem enfrentados:

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo. É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto (BOLSONARO, 2019).

No que tange às relações internacionais do país, o presidente fez apenas breves considerações: “Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais”. Sendo assim, o “Eu” do Brasil sobre a direção de Bolsonaro e seus ministros é: cristão, conservador, meritocrático, nacionalista, neoliberal e antissistema. Em contrapartida, o “Outro” é formado por: socialismo, marxista, globalista, estatismo e o dito politicamente correto. Temas como direitos humanos, economia, meio ambiente e política externa nessa narrativa perderam os seus “valores” e estão sofrendo devido às gestões passadas e a suas ideologias “nefastas”. Portanto, essa nova identidade brasileira deveria substituir as ideologias que regeram o país até 2018, ou seja, fugir do sistema corrupto e nefasto que tinha como objetivo destruir o Brasil de dentro para fora.

Bolsonaro assume comportamentos para motivar as massas, o representante que se exhibe como um “herói”, um “mito”. A figura que enaltece e denota essa posição do presidente consiste no primeiro chanceler de relações exteriores, Ernesto Araújo. Prolixo, Araújo não modera palavras ao mencionar o presidente e os valores a serem carregados pelo Brasil, através da nova identidade. Seu discurso de posse transmite muito bem esta identidade e os elementos chaves, como se pode ver:

‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’. Essa convicção íntima e profunda animou o presidente Jair Bolsonaro na luta extraordinária que ele travou e está travando para reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros. Estava preso fora de si mesmo. Estava procurando ser o que não é. O Brasil estava preso fora de si mesmo. E eu arriscaria dizer que a política externa brasileira estava presa fora do Brasil. O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória (ARAÚJO, 2019).

A definição do “outro” é ainda mais destacada, pois é por meio da dicotomia e oposição que se reforça o sentido do “eu” e o chanceler aplica este conceito muito bem, quando fala da ordem liberal internacional e do universalismo brasileiro:

Lembrar-se da pátria. Não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global, não é lembrar-se do que diz o último artigo da *Foreign Affairs* ou a última matéria do *New York Times*. É lembrar-se da pátria como uma realidade essencial; somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geleia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer (ARAÚJO, 2019).

Por fim, Araújo finaliza o seu discurso, inclusive replicando lições próximas da vertente pós-estruturalista, quando ressalta o papel da linguagem: “A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do logos. Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la”. Neste contexto, a palavra remete a uma analogia, referindo-se aos valores que estão sendo “libertos”, portanto, é como se após anos de discursos e narrativas ideológicas a política interna, a externa e o Brasil estivessem finalmente respirando.

A narrativa de Araújo e Bolsonaro vai robustecer essa nova identidade perante os formandos do IRBR, assim como na AGNU do mesmo ano. Para os novos integrantes do corpo diplomático, o presidente e o chanceler persistem na narrativa que destaca o proceder do tempo para a consolidação e reprodução da identidade. A insistência no campo ideológico e das ideias é sempre o foco dos discursos, como visto no encerramento de Bolsonaro:

O mundo é o grande fluxo de bens e mercadorias, mas também é cada vez mais um grande fluxo de ideias. E, no final das contas, são essas ideias que determinarão a estrutura do poder político e econômico no futuro. Nosso projeto é o de construir uma nação mais vigorosa na qual a sociedade, e não o Estado, seja a grande protagonista (BOLSONARO, 2019).

Mas é Ernesto quem mais vai acentuar esses valores ao novo corpo diplomático, pois a mudança de identidade não pode estar limitada apenas às estruturas ativas do governo e da sociedade, precisa transformar as instituições que formam os agentes do país. Resume-se pela seguinte passagem:

Assim, o terceiro apelo que eu lhes faço é que não deixem de pensar; que não terceirizem o seu pensamento aos meios de comunicação, nem a ninguém; que, diante de cada situação, não puxem aquela ficha básica previamente gerada pelo discurso dominante. Não tenham medo de correlacionar fatos. Hoje nós vivemos num círculo fechado, onde parece que qualquer tentativa de correlacionar fatos é imediatamente chamada de teoria da conspiração. Rompam esse círculo (ARAÚJO, 2019).

Na ONU, as pautas identitárias continuam em vigor e reforçam a narrativa vista nos últimos discursos, vale salientar que o tema central é a reconquista da identidade, abrindo com:

Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo. No meu governo, o Brasil vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo, diminuindo o desemprego, a violência e o risco para os negócios, por meio da desburocratização, da desregulamentação

e, em especial, pelo exemplo. Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições (BOLSONARO, 2019).

As críticas à situação humanitária na Venezuela e a medidas como o “Mais médicos”, programa lançado em 2013 pelo governo Dilma. Além disso, fez alusões sobre a conexão entre o PT, Cuba e Venezuela como agentes por trás do projeto socialista-comunista na América Latina. Ao mesmo tempo, as queimadas na Amazônia foram justificadas como resultados de ventos secos, queimadas instantâneas e atribuídas aos indígenas da região. E o governo reforça a defesa de sua soberania contra forças globalistas da Alemanha (Angela Merkel) e França (Emmanuel Macron). Esse embate não é movido pelo protecionismo nacional, mas principalmente rebate críticas ao modelo agroexportador e em seu discurso enfatiza a ameaça globalista e suas pautas ideológicas. Da mesma forma, aproveita para instaurar a aproximação dos Estados Unidos e ao presidente Donald Trump. Nesse sentido, outras parcerias estratégicas começam a ser definidas, Japão por ser uma parceria normal e China devido sua importância econômica com o país, já no mundo árabe países como relações com Arábia Saudita, Emirados Árabes e Catar. E mais uma vez, Bolsonaro sublinha na batalha ideológica que está sendo travada:

O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, segundo João 8:32: - “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (BOLSONARO, 2019).

Igualmente a definição de parceiros, o fator cristão da identidade tem sua contribuição quando pontuam o flagelo da perseguição religiosa, no entanto, esta perseguição está limitada aos cristãos, católicos e judeus do mundo. Em suma, o ano inaugural do governo Bolsonaro realiza uma narrativa alinhada e articulada determinada a criar uma identidade ao Brasil, e não concretizados desacredita os seus antecessores, sejam eles o governo PT e até mesmo Temer. A fim de atingir esse objetivo são realizadas críticas ao pensamento considerado tradicional de política externa, ao pensamento acadêmico, princípios e valores carregados nos últimos anos, pois estes estavam “enviesados” e num círculo fechado não havia espaço para outras formas de pensar, por isso deveriam ser contestados.

O ano de 2020 é marcado pela sequência dos temas e bases do primeiro ano, mas agora com mais um problema a ser contestado, o COVID-19. A pandemia trouxe uma situação de choque à economia, à saúde pública e à comunidade internacional. Narrativas culpabilizando a China por ser o local inicial, inflamaram os jogos políticos de países como os EUA sobre a direção de Donald Trump e acentuaram litígios nos âmbitos externos e internos dos países. No Brasil, os vários casos de infectados e alto número de mortes repercutiam uma imagem negativa, somado ao fato que Bolsonaro optou por promover a cloroquina como tratamento à COVID-19 e demonstrava resistência as providências do distanciamento social, uso de máscaras, vacinação e ao *lockdown* de estabelecimentos.

Neste contexto, para a abertura da AGNU de 2020, Bolsonaro não poupou esforços em assegurar a sua posição e tipificar o “outro” lado:

A covid-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida. Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país (BOLSONARO, 2020).

O outro ponto a ser mencionado em seu discurso é a exaltação da liberdade, aspecto este que em seu governo está em consonância ao individualismo do neoliberalismo, a utilização dos princípios brasileiros é apenas um recurso para destacar o individual e logo mais o seu caráter cristão. Expresso em:

A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos. A liberdade é o bem maior da humanidade (BOLSONARO, 2020).

Para concluir Bolsonaro chega em seu argumento máximo do discurso, o determinante cristão da identidade brasileira, assegurar a segurança dos cristãos e a aproximação com Israel, além de reforçar mais uma vez o fato do Brasil ser um país conservador e da família:

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia. A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região. O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base (BOLSONARO, 2020).

Esses temas retornaram mais desenvolvidos e robustos em sua argumentação com Ernesto Araújo na formatura do IRBR de 2020, retomando o valor das ideias, crítica ao sistema e as tradições. Em primeiro lugar, a crítica às “glórias passadas”:

O Itamaraty ficou muito tempo preso dentro de si mesmo, cantando glórias passadas, lustrando troféus antigos e esquecendo-se de jogar o campeonato deste ano. Fazendo marcações na parede para contar quantos dias faltam até a próxima remoção. Vivendo no intelecto a vida apodrecida de conceitos ultrapassados, superficiais, satisfeito com a própria fama (ARAÚJO, 2020).

Em sequência, a repetição de quem é o “outro”, os inimigos do governo e do Brasil:

Hoje, temos o globalismo e o politicamente correto tentando consertar a humanidade sem entendê-la, sem amá-la. “Salvar a humanidade de si mesma”, como sustentou absurdamente uma embaixadora aposentada, deveria ser o objetivo da política internacional. Alguns aspectos do chamado multilateralismo podem até ser bem-intencionados, mas jamais alcançarão seus objetivos declarados (ARAÚJO, 2020).

E por fim, a guerra ideológica que a todo momento está se reinventando. Esses fatores são narrativas que impedem e minam o desenvolvimento de outras ideias ou valores, controlando todos os setores da sociedade, se apossam de problemas ou os criam, nas palavras de Araújo:

Quem hoje nos atira o epíteto de “ideológico” está reproduzindo essa estratégia marxista que diz que o ideológico é todo o pensamento humano livre para questionar, todo o sentimento humano livre para amar. Isso é o que os nossos pragmáticos e isentões querem proibir. Talvez sem saber o que estão fazendo, porque podemos dizer que todo isentão é escravo de algum marxista defunto. Tomam uma doença causada por um vírus, a COVID, e a transformam, ou tentam transformá-la, num gigantesco aparato prescritivo destinado a reformatar e controlar todas as relações sociais e econômicas do planeta. O “covidismo”, chamemos assim (ARAÚJO, 2020).

O ano dois da gestão Bolsonaro está centrado na repetição, pois o projeto da nova identidade brasileira não pode cessar. No entanto, a sua projeção e construção se encontraria menos movimentada com a saída de Ernesto do cargo de chanceler, desse modo, entramos no segundo momento do período Jair Bolsonaro. A jornada de Ernesto Araújo chega ao fim em 2021, com forte pressão do Senado, por consequência de suas atitudes em relação ao COVID-19 e especialmente à China. O diplomata Carlos França assume o ministério.

O novo chanceler apresenta uma diplomacia tradicional ao procurar gerir os atuais problemas do país e a sua inserção no contexto internacional. Dessa forma, os principais

aspectos de seu discurso a ser destacado são: as urgências na sua administração, a proximidade com a OCDE e demonstrar um Brasil mais sustentável:

Sublinho aqui três delas: a urgência no campo da saúde, a urgência da economia e a urgência do desenvolvimento sustentável. Não há modernização sem a exposição do País aos mais elevados padrões de políticas públicas – por isso é importante nosso cada vez mais estreito relacionamento com a OCDE. Não há modernização sem abertura ao mundo – e por essa razão a nossa política externa tem um sentido universalista, sempre guiado pela proteção de nossos legítimos interesses. Temos a mostrar uma produção agropecuária que, além de ser capaz de alimentar o planeta, tem a marca da sustentabilidade (FRANÇA, 2021).

A diferença em comparação a Ernesto Araújo é o menor destaque nas características da nova identidade, e mais no apego tradicional e moderado. Bem similar à gestão de Nunes no segundo momento de Temer. Na formatura do IRBR do ano de 2021, França exemplifica essa transformação de perspectiva:

O antigo – que é antigo sem ser velho – é o apego à excelência da formação e dos métodos, é o apego a um estilo profissionalizado de fazer diplomacia que, em larga medida, herdamos do Barão do Rio Branco. Estilo que vem sendo atualizado e aprimorado ao longo das décadas, em processo que teve ponto alto na criação do Instituto Rio Branco (FRANÇA, 2021).

Sendo assim, a menção ao Barão do Rio Branco mostra um cuidado com a herança diplomática brasileira e a sua atualização vendo a passagem do tempo. A diplomacia evoluiu junto com a sociedade e o mundo, estando sempre preparada e apta para as situações que estão por vir. E isso, é destacado com os trabalhos contemporâneos que o Itamaraty estava cuidando, demonstrado em:

Temos impulsionado uma diplomacia da saúde que, no limite, se traduz em vacinas e outros insumos médicos para os brasileiros. Ao fazê-lo, não temos descuidado dos aportes que, como Chancelaria, podemos dar à capacidade do Brasil de produzir aqui os medicamentos de que precisamos. Cumpre dar combate à Covid-19 ao mesmo tempo em que nos equipamos para enfrentar futuras epidemias, o que pressupõe mais e melhor colaboração internacional (FRANÇA, 2021).

Na AGNU de 2021, o discurso do presidente contém suas características clássicas que enaltecem a identidade criada em seu governo, e mais uma vez, continua a ressaltar as transformações dos últimos anos:

O Brasil mudou, e muito, depois que assumimos o governo em janeiro de 2019. O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é

uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo. Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são lucrativas (BOLSONARO, 2021).

O terceiro ano de governo mantém o processo de reprodução da identidade, mas dessa vez com frases objetivas e de modo breve. O mesmo pode ser visto quando o Covid é trazido para a pauta: “Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea e com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e *lockdown* deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo” (BOLSONARO, 2021). Os demais assuntos como meio ambiente, direitos humanos e a presidência do CSNU são mencionados bem rapidamente, pois o foco do presidente estava em mostrar a sua popularidade no Brasil e as mudanças conquistadas até o momento, já que o ano de eleição estava próximo.

Em seu quarto ano de mandato, Bolsonaro permanece fiel à reprodução de identidade vista anteriormente. Para a AGNU de 2022, o tema escolhido foi “divisor de águas”, o que prova a separação de seu governo aos passados. Dessa forma, o seu discurso não é dirigido aos demais países ou a ONU, mas sim ao povo brasileiro. Porque concerne às mudanças e a identidade solidificada nos últimos quatro anos, um apelo ao povo brasileiro, já que as eleições estavam a menos de um mês de ocorrerem. Portanto, os pontos em sua fala se resumem em:

O tema escolhido para este Debate Geral gira em torno de um conceito que se aplica perfeitamente ao momento que vivemos: *um divisor de águas*. Quando o Brasil se manifesta sobre a agenda da saúde pública, fazemos isso com a autoridade de um governo que, durante a pandemia da Covid-19, não poupou esforços para salvar vidas e preservar empregos. No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país. Somente entre o período de 2003 e 2015, onde a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e em desvios chegou a casa dos US\$ 170 bilhões de dólares. Esse é o Brasil do passado (BOLSONARO, 2022).

E o seu encerramento carregado os lemas de suas campanhas eleitorais serve como um grito que sedimenta esta identidade e o seu governo:

Neste 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade (BOLSONARO, 2022).

Os períodos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) integram um momento de seis anos da política externa brasileira no qual o objetivo principal foi redefinir a política externa. Ambos os governos compartilham de similaridades, como por exemplo terem

dois ministros discrepantes, o primeiro em cada caso compunha a identidade, seja o retorno no caso do senador José Serra, e a criação de algo “totalmente novo” com Ernesto Araújo. Contudo, os segundos chanceleres apresentaram abordagens mais tradicionais e próximas ao Itamaraty, como o também senador Aloysio Nunes no governo Temer, e o diplomata Carlos França no governo Bolsonaro. A questão do tradicional é na verdade a manutenção de uma imagem associada ao comum na política externa brasileira, às figuras da diplomacia ou responsáveis pelas relações exteriores seguindo as normas regentes que foram enraizadas como a identidade do país.

De acordo com o estudo de Morefield (2019), que vimos no primeiro capítulo, é possível ter a mesma análise sobre o momento dos dois presidentes e seus governos. Ao colocar em perspectiva, o governo Temer segue a visão do neoliberalismo ao privatizar as agências estatais, mas preservando a segurança, saúde e educação. Para as parcerias buscou uma reorientação estratégica com países ditos tradicionais, os Estados Unidos, União Europeia, Japão e preserva o multilateralismo com os BRICS, China e o sistema internacional. A sua ruptura com as práticas do PT e antecessores, além de criticar o protecionismo e a Venezuela foram atitudes a fim de estabelecer a identidade de seu governo, e da mesma forma do Brasil. Para assegurar o processo de transição e normalização, utilizou-se da Constituição e dos princípios diplomáticos já consolidados no discurso brasileiro, pois assim, reproduzia características existentes que fortalecem a sua narrativa e identidade.

Por sua vez, o governo Bolsonaro orienta a sua identidade sobre a transformação da política externa e instigada por medidas de interesse governamental. Não se trata de atitudes inusitadas, mas práticas realizadas fora dos padrões tidos como regentes na atuação do Brasil. Os pilares de seu discurso envolvem a liberdade individual e a meritocracia, o que transfere certas responsabilidades do Estado aos cidadãos. As parcerias prioritárias ao governo são os Estados Unidos de Donald Trump, Israel de Benjamin Netanyahu, Hungria de Viktor Orbán, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Catar, União Europeia e o Japão. Porém, essa aproximação ocorreu com base em valores ideológicos e identitários. O desenvolvimento sustentável em seu governo foi tomado pelo agronegócio, um exemplo são as queimadas na Amazônia que atribuídas a outros fatores, um tema quase abafado, mas cheio de polêmicas. E para finalizar, a dissipação das políticas dos governos anteriores foi a principal narrativa de seu governo. A intertextualidade verificada com Bolsonaro aborda experiências pessoais na elevação de sua pessoa, passagens bíblicas e pensamentos antissistema que estabeleciam uma rede singular presa a si mesmo, um círculo fechado as ideias perpetuadas nas tradições ou em outros meios.

CONCLUSÃO

As primeiras teorias de Relações Internacionais surgiram para compreender as ações dos atores internacionais no ambiente externo, estas perspectivas estavam entrelaçadas ao positivismo, métodos que visavam acumular dados e determinar resultados, no qual a neutralidade científica era a norma. No entanto, críticas ao positivismo e ao *mainstream* discordavam dessa abordagem pretensamente neutra, pois o observador e o objeto de estudo em RI estão inseridos no mesmo ambiente, portanto, vieses e ideologias estarão presentes na análise. Assim, a teoria e a prática são equivalentes, o que transfere aos discursos políticos. A essência da pesquisa pós-estruturalista são os discursos e as identidades formadas por este primeiro.

Haja visto que havia uma necessidade de analisar a política externa, as duas gerações de estudos em APE representaram a evolução dos estudos na área. O tradicionalismo da primeira geração, em contrapartida ao pluralismo da segunda geração. As contribuições pós-estruturalistas à APE podem ser percebidas por Campbell (1998), que insere a identidade como instrumento de formação ao Estado, em razão desta influenciar a política externa, por conseqüente reforçar a identidade.

No segundo capítulo, a explicação do modelo teórico-metodológico de Hansen (2006) possibilitou investigar o processo narrativo da intertextualidade entre os diferentes discursos e períodos na construção e repetição das respectivas identidades através de seus nós discursivos. No que tange os princípios diplomáticos brasileiros, na verdade, são acumulados históricos, enxergados como normas e diretrizes à PEB. Contudo, o dito tradicional também representa um discurso e identidade, na qual os paradigmas expostos por Cervo (2008) serviram como nomenclaturas e classificações da política externa e não guias definitivos aos governos.

Para o terceiro capítulo, foi apresentado o desenho de pesquisa sobre o caso brasileiro dos dois governos Temer e Bolsonaro em prática. As suas similaridades estão presentes na reestruturação da política externa e em seus contornos de identidade serem conduzidos pelos interesses dos governos e nas intervenções de pessoas chaves dentro da política. Da mesma maneira, ressaltou-se suas diferenças: enquanto Temer usa o tradicionalismo como base de sua narrativa e identidade, Bolsonaro é contra essas normas e opta por um caminho distinto ao se distanciar.

Destacou-se, então, que algumas práticas do governo Bolsonaro já haviam acontecido durante o governo Temer, contudo as medidas foram mais agressivas e os antagonistas estavam em todos os lugares. O marxismo globalista, a cristofobia, o Covid-19, os ideologismos que

ameaçavam o país não cessavam, tais atributos são associados ao “outro”. Por consequência, o “eu” tem sua identidade fortalecida, a identidade bolsonarista, pois há uma clara distinção entre os lados. A identidade bolsonarista do Brasil trazia consigo o conservadorismo, o olavismo, o agronegócio, o cristianismo e o liberalismo como aspectos gerais. Em resumo, as práticas de Bolsonaro foram as mesmas que Temer, mas em esteroides, tendo um caráter direto e bem polarizado ao ponto em que os próprios princípios diplomáticos não foram poupados.

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, tal discurso usado nas campanhas políticas de Bolsonaro é sua própria antítese, apresenta uma desconstrução das identidades passadas, um momento de ruptura e recomeço. Mas ao mesmo tempo, uma nova narrativa, uma nova identidade, é pela palavra que se dá a conhecer a verdade, uma construção, mas qual identidade foi vista para o Brasil? Bolsonaro centralizou através de seus discursos e narrativas uma série de pensamentos e sentimentos que já estavam presentes na sociedade brasileira. Ernesto Araújo acertou ao dizer que Bolsonaro libertou o Brasil, pois revelou uma face do país que estava acuada e agora tinham alguém que os representava. De fato, são as ideias que determinam a estrutura política e econômica, moldando a sociedade e sua identidade.

Para concluir, os discursos são peças fundamentais para entender um governo e a sua política externa, é por meio deles que as ações vão ser articuladas e postas em práticas, são as narrativas que fomentam e sedimentam a identidade, sejam elas respaldadas em valores ditos tradicionais ou novos. Cada vez mais, é preciso se atentar para as narrativas, que têm sido o elemento central do governo, pois criam os “outros” e consolidam o senso do “eu”, os discursos trazem as ideologias, os vieses e valores, os quais são transmitidos ao próprio povo e ao mundo.

Atualmente, as redes sociais também desempenham essa função narrativa, tendo consequências aos governos e aos seus corpos diplomáticos. Um elemento a ser mais explorado em pesquisas futuras é justamente as redes sociais e a construção de identidade, pois realizam uma ponte menos formal dos presidentes e ministros com a população, mas podem ocasionar problemas de grandes proporções. A restrição aos discursos oficiais mantém a política externa condicionada ao Estado e suas figuras. Sendo assim, ainda há espaço a ser abordado quanto a identidade e as narrativas do governo, como por exemplo trazer figuras fora da esfera política, mas com enorme influência sobre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. “Amado Luiz Cervo e a historiografia brasileira de relações internacionais”, **Intelligere, Revista de História Intelectual**, nº 10, p. 1-14. 2020.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso de Posse Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. **Ministério das Relações Exteriores**, 2 de jan, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso do Ministro Ernesto Araújo na formatura do Instituto Rio Branco. **Ministério das Relações Exteriores**, 3 de maio, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-formatura-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso do Ministro Ernesto Araújo na cerimônia de formatura da turma João Cabral de Melo Neto (2019-2020) do Instituto Rio Branco. **Ministério das Relações Exteriores**, 22 de out, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-joao-cabral-de-melo-neto-2019-2020-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BARROS, Mariana O estado pós-positivista: uma análise a partir das perspectivas construtivista e pós-estruturalista das Relações Internacionais. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 1, p. 5-24, 18 ago. 2017.

BENNETT, Andrew. Case study methods: design, use, and comparative advantages. In: SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (ed.). **Cases, numbers, models: international relations research methods**. Michigan: University of Michigan Press, 2007.

BOLOSARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019. **Ministério das Relações Exteriores**, 2 de jan, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na formatura do Instituto Rio Branco. **Ministério das Relações Exteriores**, 3 de maio, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-formatura-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)- Nova Iorque/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 24 de set, 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante->

abertura-do-debate-geral-da-74a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu-nova-iorque-eua. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco. **Ministério das Relações Exteriores**, 22 de out, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-formatura-dos-alunos-do-instituto-rio-branco-e-imposicao-de-insignias-da-ordem-de-rio-branco>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU. **Planalto**, 21 de set, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na "Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU". **Biblioteca da Presidência da República**, 20 de set, 2022. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-77a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de dez, 2023.

CAVALCANTI, Bernardo; VENERIO, Carlos. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **RIL Brasília**, a. 54 n. 215, p. 139-162, 2017.

CAMPBELL, David. **Writing Security**. United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CARLSNAES, Walter. The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis. **International Studies Quarterly**, vol 36, n.3 (Setembro 1992), p 245-270. Disponível em: <https://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/Carlsnaes%201992.pdf>. Acesso em 16 de out, 2023.

CASARÕES, Guilherme; FARIA, Déborah. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order, **Cambridge Review of International Affairs**, 35:5, 741-761. 2022.

CASARÕES, Guilherme. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político econômica levou ao colapso da política externa brasileira. **Aisthesis Nº 70**, p. 439-473, 2021.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional**: Formação dos conceitos brasileiros. Editora Saraiva, 1 ed., 2008.

COLLETA, Ricardo; CARVALHO, Daniel; URIBE, Gustavo. Pressão do Congresso derruba Ernesto Araújo, o chanceler de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 29 de mar, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/ernesto-araujo-deixa-comando-do-itamaraty-apos-pessao-do-congresso.shtml>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à Análise de Política Externa**, 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011

FRANÇA, Carlos. Discurso de Posse Ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França. **Ministério das Relações Exteriores**, 6 abr, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/carlos-alberto-franco-franca-discurso-de-posse>. Acesso em: 22 de nov, 2023

FRANÇA, Carlos. Discurso do Ministro Carlos França na formatura do Instituto Rio Branco. **Ministério das Relações Exteriores**, 1 de set, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-carlos-franca-na-formatura-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

FRANCESCHINI, Adilson. História das Relações Internacionais do Brasil: uma aventura metodológica, **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n 10, p. 111-126. 2020.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. New York: Routledge, 2006.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave, Macmillan 2003.

HUSSNE, Arthur. Olavismo e Bolsonarismo. **Revista Rosa**, vol 1, 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/1/olavismo-e-bolsonarismo>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral. **G1**, 28 de out, 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JUBÉ, Andrea; RITTER, Daniel. Serra pede demissão do cargo de chanceler alegando problemas de saúde. **Valor Econômico**, 22 de fev, 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/02/22/serra-pede-demissao-do-cargo-de-chanceler-alegando-problemas-de-saude.ghtml>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. “International relations and social science”. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International relations theories: discipline and diversity**, 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LEITE, Gisele. Compreender a virada linguística. **JusBrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/compreender-a-virada-linguistica/302375339>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

LEITE, L. A. B.; MAGNOTTA, F. P.; ROCHA, R. M. A. **A metodologia de análise de discurso aplicada às Relações Internacionais: um roteiro analítico**. Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

MILANI, Carlos. A política brasileira no divã. **Folha de São Paulo**, 8 de ago, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/a-politica-externa-brasileira-no-diva.shtml>. Acesso em: 13 de dez, 2023.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 35, no. 1, p. 11-41, 2013.

MOREFIELD, JEANNE. Trump's Foreign Policy Isn't the Problem. **Boston Review**, 8 de jan. 2019.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUNES, Aloysio. Discurso de Posse Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. **Ministério das Relações Exteriores**, 7 de mar, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/alloysio-nunes-ferreira-discurso-de-posse>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

PEDUZZI, Pedro. Em discurso na ONU, Temer critica unilateralismo e intolerância. **Agência Brasil**, Brasília, 25 de set, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-09/em-discurso-na-onu-temer-critica-unilateralismo-e-intolerancia#:~:text=Temer%20ainda%20destacou%20o%20papel,que%20chegam%20a%20nosso%20territ%C3%B3rio>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

PUTTI, Alexandre. Relembre momentos em que Araújo provocou crises diplomáticas com a China. **Carta Capital**, 18 de maio, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/relembre-momentos-em-que-araujo-provocou-criises-diplomaticas-com-a-china/>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

RESENDE, Eric Simone Almeida. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. Coleção Relações Internacionais, vol. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SATO, Eiiti. Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras. **Intelligere – Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 70-90, 2020.

SERRA, José. Discurso de Posse Ministro das Relações Exteriores José Serra. **Ministério das Relações Exteriores**, 16 de maio, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt->

br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse. Acesso em: 22 de nov, 2023.

SILVA, André. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Sino-Iberoamerican Interaction**, vol. 2, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

TEMER, Michel. Discurso de Posse. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado. **Biblioteca Presidência da República**, 12 de maio, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

TEMER, Michel. Discurso Assembleia Geral das Nações Unidas. Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações. **Biblioteca da Presidência da República**, 20 de set, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de formatura de duas turmas do Instituto Rio Branco. **Biblioteca Presidência da República**, 20 de abr, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-formatura-de-duas-turmas-do-instituto-rio-branco-brasilia-df>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

TEMER, Michel. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. **Biblioteca Presidência da República**, 19 de set, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72o-sessao-da-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

TEMER, Michel. Discurso do presidente da República, Michel Temer, proferido durante a formatura da Turma Marielle Franco (2016-2018), por ocasião do dia do diplomata. **Ministério das Relações Exteriores**, 20 de abr, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-proferido-durante-a-formatura-da-turma-marielle-franco-2016-2018-por-ocasio-do-dia-do-diplomata-palacio-itamaraty-20-de-abril-de-2018>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, Brasília 22 de set, 2020. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 22 de nov, 2023.

VISENTINI, Paulo. História e Relações Internacionais: o caso do Brasil. **Intelligere – Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 46-69. 2020.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC


Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante Kleuber Alves Amorim do Curso de Relações Internacionais matrícula 20201004300068 telefone: (62) 982413454 e-mail: klueber.alves.amorim@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A identidade da política externa brasileira em dois momentos: Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) avaliados por uma ótica pós-estruturalista, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 14 de dezembro de 2023.

Assinatura do autor: 

Nome completo do autor: Kleuber Alves Amorim

Assinatura do professor orientador: 

Nome completo do professor orientador: Danilo Alarcon